



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em
Biblioteconomia

LETÍCIA ALVES PEREIRA PASSOS

**NÃO-PÚBLICO (NÃO-USUÁRIOS) EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS
ÁREAS DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL:**

uma análise de planos de ensino de disciplinas relativas a usuário, informação e
sociedade

Brasília
2022

LETÍCIA ALVES PEREIRA PASSOS

**NÃO-PÚBLICO (NÃO-USUÁRIOS) EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS
ÁREAS DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL:**

uma análise de planos de ensino de disciplinas relativas a usuário, informação e
sociedade

Monografia apresentada como
parte das exigências para
obtenção do título de Bacharel
em Biblioteconomia pela
Faculdade de Ciência da
Informação da Universidade de
Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo
Rabello

Brasília
2022

Passos, Letícia Alves Pereira
P289 Não-público (não-usuários) em cursos de graduação das áreas de
Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação no Brasil: uma
análise de planos de ensino de disciplinas relativas a usuário, informação e sociedade /
Letícia Alves Pereira Passos; orientador Rodrigo Rabello. -- Brasília, 2022.
78 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade de Brasília, 2022.

1. I. Rabello, Rodrigo, orient. II. Título.

CDU



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: NÃO-PÚBLICO (NÃO-USUÁRIOS) EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DAS ÁREAS DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL: uma análise de planos de ensino de disciplinas relativas a usuário, informação e sociedade

Autor(a): Letícia Alves Pereira Passos

Monografia apresentada remotamente em **12 de Maio de 2022** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dr. Rodrigo Rabello da Silva
Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa
Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Felipe Augusto Arakaki

Em 25/05/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Alves Pereira Passos, Usuário Externo**, em 25/05/2022, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/05/2022, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Augusto Arakaki, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/05/2022, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com

fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



logotipo

Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/05/2022, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



QRCode

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.unb.br/sei/>

Assinatura controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8178322** e o código CRC **CBE35EB1**.

Referência: Processo nº 23106.061432/2022-28

SEI nº 8178322

*Dedico esse trabalho a todos aqueles
que fazem parte da minha jornada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pelo dom da vida, por estar presente em todos os minutos da minha vida e por ser meu porto seguro.

Aos meus pais Eduardo e Maurinete, e todos os membros da minha família que sempre estiveram ao meu lado. Obrigada pelas oportunidades, incentivos, preocupações e amor!

Aos meus amigos de toda a vida: pelo apoio, conselhos, por me acalmarem nos dias difíceis, pela paciência, compreensão e carinho de sempre. Gratidão especial para aqueles que estiveram ao meu lado durante a realização desse trabalho: Alice Amidani, Ana Beatriz Marques, Ana Carolina Alves, André Cunha, Carolina Abraham, Isabela Rayanne, Jéssica Bilac, Laís Alves, Maria Luísa Cantanhêde, Mariana Cantanhêde, Pâmela Ketlyn, Pedro Ângelo, Ramon Vasques, Rebeca Bento e Vívian Mendes.

Agracio ao meu orientador, professor Rodrigo Rabello, por todo auxílio na construção dessa pesquisa, por todos os ensinamentos sábios, por toda a calma e serenidade transpassada e por ser um grande exemplo de profissional da informação.

A todos os meus professores e colegas de faculdade e estágios que desde 2017 caminharam comigo e sempre foram muito atenciosos.

Não poderia deixar de agradecer à Rosamaria Montibeller e à Carol Gattaz por serem meus exemplos de esforço, dedicação, persistência, de jamais desistir e por me mostrarem que é possível realizar todo e qualquer sonho, não importa quantos anos passem.

Agradeço aos profissionais das Instituições de Ensino Superior que me enviaram com muita gentileza os planos de ensino para que eu pudesse de fato realizar essa monografia.

RESUMO

Considerando aspectos teóricos e práticos no ensino e na atuação do profissional da informação, relativos a dimensões de desigualdade e de classes sociais, o trabalho objetiva identificar se os termos não-público e não-usuários estão presentes, direta ou indiretamente, nos planos de ensino das disciplinas tocantes a estudos de usuários, informação e sociedade e afins, presentes em cursos de graduação em Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas no Brasil. O trabalho parte do pressuposto de que a ausência de tais temas – a serem abordados em disciplinas que, supostamente, seriam espaços acadêmicos privilegiados para formação com vistas a atuação profissional – pode ser uma lacuna para o conhecimento relativo ao papel social do bibliotecário-documentalista-gestor e cientista da informação no que concerne fazer da unidade de informação um espaço democrático para a promoção da cultura e da relação informação e comunidade. Para tanto, realiza-se uma pesquisa documental e exploratória. Como resultado, observa-se que o número de disciplinas que explicitam os termos não-público e não-usuários (em sua variedade de escrita e em possíveis termos relacionados) é pequeno. Por fim, conclui-se que é fundamental abordar questões dessa natureza para formação e atuação do profissional de informação, obtendo subsídios teórico-práticos para a acolhida do não-público (não-usuários), algo relevante para a transformação do não-público em público, ou seja, do não-usuário em usuário de informação.

Palavras-chave: Não-público. Não-usuário. Biblioteconomia. Estudos de Usuário. Biblioteconomia e Sociedade. Planos de ensino.

ABSTRACT

Considering theoretical and practical aspects in teaching and performance of the information professional, relating to dimensions of inequality and social classes, the work aims to identify whether the terms non-public and non-users are present, directly or indirectly, in the teaching plans of the subjects concerning user studies, information and society and others, present in graduation courses in Librarianship, Documentation, Management and Information Science on public and private Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil. The work starts from the assumption that the absence of such themes - to be addressed in disciplines that, supposedly, would be privileged academic spaces for education with the objective of professional performance - may be a gap to the knowledge relating to the social role of the librarian-documentalist-manager and information scientist regarding the viabilization of the information unit as a democratic space for the promotion of culture and the relation between information and community. To that end, a documental and exploratory research is made. As a result, it is observed that the number of disciplines that make explicit the terms non-public and non-users (in their variety of writing and in possible related terms) is small. At last, it is concluded that it is fundamental to address issues of this nature for the education and performance of the information professional, obtaining theoretical-practical subsidies for the welcoming of the non-public (non-users), something relevant to the transformation of the non-public into public, that is, of the non-user into a information user.

Keywords: Non-public. Non-user. Librarianship. User Studies. Librarianship and Society. Teaching Plans.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia na Universidade Federal do Paraná.....	26
Quadro 2 - Campos de atuação do profissional bibliotecário.....	28
Quadro 3 - Os setores curriculares do curso de Biblioteconomia.....	29
Quadro 4 - Disciplinas voltadas à atuação profissional do bibliotecário. Classificadas por áreas.....	32
Quadro 5 - Cursos e disciplinas que abordam não-público e não-usuário (s) e suas variáveis; bem como termos que podem estar relacionados/associados.....	55
Quadro 6 - Cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário (s), mas trazem possíveis termos a elas relacionados/associados.....	56
Quadro 7 - Cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário, ou termos relacionados/associados.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNB - Universidade de Brasília

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UEL - Universidade Estadual de Londrina

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

UCS - Universidade de Caxias do Sul

PUC - Pontifícia Universidade Católica de Campinas

UDESC - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina

USP - Universidade de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

CLARETIANOBT - Claretiano Centro Universitário

UNIFAI - Centro Universitário Assunção FABCI - Faculdade de Biblioteconomia e
Ciência da Informação

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

UNISANTA - Universidade Santa Cecília
UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos
IESF- Instituto de Ensino Superior da Funlec
UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci
UniFAJ - Centro Universitário de Jaguariúna
CEUUN - Centro Universitário Unisep
UNIABEU - Abeu - Centro Universitário
UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNIFAVENI - Centro Universitário Faveni
UNIFCV - Centro Universitário Cidade Verde
UNEC - Centro Universitário de Caratinga
UNIFORMG - Centro Universitário de Formiga
UNIFATECIE - Centro Universitário Unifatecie
PROMINAS - Faculdade Prominas de Montes Claros
UFCA - Universidade Federal do Cariri
UFR - Universidade Federal de Rondonópolis
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ABEBD - Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia
CRB - Conselhos Regionais de Biblioteconomia
FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
PPP - Projeto Político Pedagógico
PPGCI - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
AEB - Anuários Estatísticos do Brasil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
MEC - Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Delimitação do Problema.....	14
1.2 Justificativa.....	15
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 <i>Geral.....</i>	<i>17</i>
1.3.2 <i>Específicos.....</i>	<i>17</i>
1.4 Metodologia.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	24
2.1 Ensino de Biblioteconomia no Brasil.....	24
2.1.1 <i>Biblioteconomia como disciplina ou curso de graduação.....</i>	<i>25</i>
2.1.2 <i>Elementos curriculares do curso de Biblioteconomia.....</i>	<i>29</i>
2.1.3 <i>Plano de ensino, Programa da disciplina e Plano de aula.....</i>	<i>34</i>
2.2 Dimensão social da Biblioteconomia.....	34
2.3 Estudo de usuários, sujeitos e práticas informacionais em unidades de informação.....	37
2.3.1 <i>Usuário e Estudo de usuários.....</i>	<i>37</i>
2.3.2 <i>Práticas informacionais, público e não-público em unidades de informação.....</i>	<i>39</i>
2.3.2.1 <i>Práticas Informacionais.....</i>	<i>39</i>
2.3.3 <i>Público e não-público e a “cultura-palavra”.....</i>	<i>44</i>
2.3.3.1 <i>Público e não-público em unidades de informação.....</i>	<i>44</i>
2.3.3.2 <i>“Cultura-palavra” em unidades de informação.....</i>	<i>52</i>
3 APRESENTAÇÃO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	54
4 CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Para Silva (2018), a Biblioteconomia possui uma potencial característica, além de interdisciplinar, multidisciplinar, pois, ao atuar com informação, estabelece certa coordenação com outras disciplinas em comum, principalmente das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas. Ainda de acordo com o autor:

A Biblioteconomia é uma disciplina do conhecimento voltada para a atuação profissional que realiza diversas ações no contexto da organização e tratamento da informação, gestão da informação, tecnologias de informação, fontes, recursos e serviços de informação. Além disso, preocupa-se com aspectos ligados à pesquisa e fundamentação teórico-histórico-epistemológica no âmbito da informação e em ambientes de informação, principalmente bibliotecas. (SILVA, 2018, p. 31).

À luz das dimensões inter e pluridisciplinares da Biblioteconomia, assim como da relevância de a área refletir sobre os sujeitos para os quais trabalha com vistas a mediar a informação, esta monografia parte do pressuposto da importância de se abordar em sala de aula, para a formação profissional, os conceitos de “público” (composto por usuários de informação) e de “não-público (composto por “não-usuários”).

O público se caracteriza por usuários reais, que utilizam os espaços das unidades de informação e seus produtos e serviços, e usuários potenciais, que podem fazê-lo, ao possuírem determinados atributos. Já o construto de “não-público” seria composto pelos “não-usuários”, ou seja, sujeitos da comunidade que não fazem ou não podem fazer uso dos espaços das unidades de informação e de seus produtos e serviços, por lhes faltar atributos socialmente aceitos. Em suma, tais sujeitos formariam o montante daqueles considerados invisíveis pela sociedade. (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020; RABELLO, 2021).

Considerando tais pressupostos, a presente pesquisa propõe estudar os conceitos sobreditos nas disciplinas Estudos de Usuários, Informação e Sociedade ou Biblioteconomia e Sociedade e afins dos cursos de graduação das áreas de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação no Brasil e afins. Propõe-se, especificamente, estudar se os termos “não-público” (“não-usuários”) estão presentes, direta ou indiretamente, nos planos de ensino das disciplinas.

1.1 Delimitação do problema

O público de uma unidade de informação é composto por sujeitos denominados de usuários de informação. O usuário real, também chamado de usuário efetivo, é aquele que faz uso e que está presente nos espaços, serviços, produtos e ações da biblioteca. Conforme Rabello e Almeida Júnior (2021), usuário potencial é o que não faz uso dos espaços e serviços oferecidos pela biblioteca, mas, apresentando determinada necessidade de informação, tendo determinadas características e atributos, e sendo incentivado, poderá ser içado à categoria de em um usuário real ou efetivo. Tudo isso é diferente do classificado não-público, pois o usuário tanto efetivo quanto potencial “goza de algum capital cultural e social que lhe confere algum privilégio.” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2021).

O não-público, o não-usuário, são sujeitos que permanecem excluídos de qualquer cenário de mediação da informação. Em seu texto “Práticas informacionais, usuário e ralé estrutural como não-público: praxiologia restritiva ou receptiva”, Rabello (2021) descreve que o termo “não-público” foi utilizado por Flusser (1980) no sentido de colocar como foco a impossibilidade de a maioria da população usufruir, em parte ou totalmente, de bens artísticos e culturais. De acordo com Rabello e Almeida Junior (2020), quando essas unidades de informações tradicionais trabalham *para* o usuário e não *com* a comunidade, há uma certa disposição em ignorar a ralé estrutural fazendo então com que sua invisibilidade social fique reforçada.

Para que sejam enfrentados os desafios do profissional da informação é necessário que todo bibliotecário/museólogo/arquivista esteja apto para falar com o público e, ainda, a dialogar respeitando a “cultura-palavra” do não-público, fornecendo a este, quando pensado no âmbito das “classes desprivilegiadas”, expressões culturais “socialmente aceitas”, mas reconhecendo e se apropriando para mediar a própria expressão cultural do não-público (FLUSSER, 1980; RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020).

Flusser relata que as semelhanças entre a biblioteca tradicional e a biblioteca-ação cultural são que ambas são lugares de livros cuja função é oferecer informações. A diferença é que enquanto a biblioteca tradicional presta esse serviço **para** um público potencial, a biblioteca-ação cultural o faz **com** a comunidade. O profissional da informação não está somente a serviço do usuário para ajudar no que for

necessário, mas sim faz parte do ambiente como um todo.

O agente da biblioteca tradicional, o bibliotecário, está à disposição de um grupo de pessoas para ajudá-las e orientá-las no manuseio de livros e outras formas de cultura literária. Embora esta função seja da maior importância, ela não é suficiente em uma biblioteca-ação cultural (FLUSSER, 1980).

De acordo com Rozados (2004), é denominado o Serviço de Informação “[...] todo o processo de auxílio ao leitor na busca da informação ou na satisfação de suas necessidades de informação”.

Para Foskett (1969) apud Araújo, Oliveira e Bezerra (2017) no artigo “Serviço de referência e informação no contexto da hibridiz em bibliotecas”, a biblioteca é uma instituição que cria, gerencia e oferece serviços de informação. Nessa direção, a Biblioteca busca “[...] investigar o que se conhece a respeito de determinado assunto, proporcionando ao usuário tanta informação quanto seja necessária, a fim de preencher uma lacuna em seu conhecimento.”

Considerando os objetivos que uma biblioteca verdadeiramente pública tem para oferecer à comunidade e a importância que o profissional da Ciência da Informação tem de acolher o não-público, as instituições de ensino dos cursos de Biblioteconomia no Brasil abordam com seus estudantes o tema usuário e não-usuário em determinadas disciplinas?

1.2 Justificativa

A Ciência da Informação, segundo Borko (1968), citado por Garcia Júnior, Medeiros e Augusta (2017), “[...] é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima.” Autores como Smit (2000), Araújo (2011) e Silva (2018) observam uma promissora relação interdisciplinar entre Ciência da Informação e as áreas de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia as quais, apesar de também terem uma contribuição teórica, têm atuado, complementarmente, para a formação e atuação de profissionais de informação. Dentre as preocupações teórico-práticas em comum ou próximas em tais disciplinas, encontram-se temas como estudos de usuários e estudos de público e de comunidade.

E de acordo com Goulart e Kafure (2021), estudos de usuários visam descobrir

quais informações são buscadas pelos sujeitos e se as necessidades informacionais dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação têm sido adequadamente satisfeitas. Sendo um dos papéis fundamentais do profissional da informação realizar o acolhimento do não-usuário e fazer com que ele se torne um usuário real (FLUSSER, 1980; RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020), esse estudo desempenha-se saber o quanto a temática “não-público” e “não-usuário” é inserida dentro das instituições de ensino superior com o objetivo de fazer com que os estudantes já pensem nessa questão, ressaltando a relevância das disciplinas Estudos de Usuário, Informação e Sociedade, bem como Biblioteconomia e Sociedade e afins¹ tem para a formação do bibliotecário.

Biblioteconomia e Museologia são áreas que não apenas lidam diretamente com o público composto por usuários de informação, mas também têm uma rica reflexão teórica sobre tais assuntos. Por conta de tais contribuições, ambas as disciplinas tiveram destaque, no presente trabalho, sobre as dimensões teórico-institucionais tocantes aos conceitos “público” e “usuário de informação”. Segundo Studart, Almeida e Valente (2003, p. 129) *apud* Silva (2018), há uma relação entre Biblioteconomia e Museologia no sentido de que os estudos de “[...] público vêm atraindo o interesse crescente de profissionais que atuam nos museus e se constituem, hoje, em aspecto cada vez mais relevante para o planejamento da instituição, refinamento de seus programas e atendimento ao público.” Nesse sentido, embora a Museologia não tenha sido tema de estudo específico, ou seja, as disciplinas e os planos de ensino desta área não tenham composto o *corpus* de análise, na revisão de literatura ela foi considerada interdisciplinarmente junto a Biblioteconomia para o estudo conceitual sobre “público” e, por conseguinte, acerca de “usuário de informação”.

A Arquivologia,² que também é uma disciplina interdisciplinarmente próxima à

¹ Foram identificados nos sites das Universidades as seguintes disciplinas que foram consideradas para o universo pesquisado: Estudo de Usuários; Estudo de Usuários da Informação na Era Digital; Mediação e Uso da Mediação; Estudo de Usuário de Informação; Usuários da Informação; Estudo de comunidades, públicos e usuários; Estudos de usuário e comunidades; Usos e usuários da informação; Biblioteconomia e Sociedade Brasileira; Biblioteca, Informação e Sociedade; Sociedade, Cultura e Registros do Conhecimento; Informação e Sociedade; Biblioteca e Sociedade; Informação e Memória Social; Sociedade da Informação; Informação, Memória e Documento; Sociedade do Conhecimento.

² Silva (2018) explica que a Biblioteconomia e Arquivologia são disciplinas muito próximas que se relacionam cotidianamente nas práticas técnicas e profissionais, mas apresentam autonomia e particularidade em muitos dos seus fazeres. Araújo (2011) descreve que a Arquivologia sempre teve traços identitários muito fortes com a Biblioteconomia e que ambas são igualmente antigas e

Biblioteconomia, não foi abordada haja vista o entendimento de que a área, até o momento, tem apresentado uma pouca contribuição teórico-conceitual sobre público, usuário e consulente de informação, se comparada a produção das áreas de Biblioteconomia e de Museologia.³

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Buscar em planos de ensino dos cursos de graduação das áreas de Biblioteconomia, Documentação, Gestão, Ciência da Informação e afins no Brasil, com vistas a identificar e refletir sobre a incidência e a relevância da temática do não-público (não-usuários) no ensino e formação profissional em informação no país.

1.3.2 Específicos

1. Analisar os nomes das disciplinas, especificamente daquelas relacionadas a Estudos de Usuários, Informação e Sociedade e Biblioteconomia e Sociedade e afins;
2. Categorizar se as disciplinas são obrigatórias, optatórias (ou equivalente) ou optativas, identificando o valor atribuído à disciplina na estrutura curricular do curso;
3. Identificar, nas ementas, nos planos de ensino e na bibliografia básica da

relacionadas ao surgimento dos suportes escritos do conhecimento humano. O autor também disserta que ambas as áreas desenvolveram, ao longo dos séculos, técnicas e procedimentos para conservar e guardar os documentos; depois, organizá-los de maneira a serem recuperados e, em tempos mais recentes, para tornar acessíveis seus conteúdos. Smit (2000) salienta que em três grandes grupos de processo/atividades, podem ser caracterizados o gerenciamento de estoques informacionais e sua decorrente utilização. A exemplo disso, observa-se a relevância da gestão da memória (que seleciona, coleta, realiza a avaliação de documentos/objetos e estoques informacionais), sobretudo para o campo da Arquivologia. A autora evidencia que “bibliotecários e museólogos não desconhecem a importância da gestão da memória, mas são mais “reféns” da sociedade neste quesito, pois não dispõem, em geral, de meios eficazes para influir na geração de documentos.”

³ É válido ressaltar que, de acordo com Araújo (2011), que as “[...] tendências contemporâneas em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia buscam construir conhecimentos incorporando os avanços obtidos pelas teorias e pelos estudos desenvolvidos ao longo do século. Assim, em Biblioteconomia realizam-se atualmente estudos sobre Mediação Bibliotecária, sobre Competência Informacional e sobre as Bibliotecas Digitais. No campo da Arquivologia, destacam-se a Arquivística Integrada originada no Canadá, os estudos sobre arquivos como construções sociais e também sobre os arquivos pessoais. Na Museologia, destaca-se a “Nova Museologia” (tal como concebida por Rivière e Varine, isto é, relacionada com os ecomuseus), os estudos sobre patrimônio imaterial, sobre o fenômeno da “musealidade” e sobre os museus virtuais. (ARAÚJO, 2011, p. 17).

respectiva disciplina, a incidência dos termos não-público e não-usuário (com ou sem hífen), bem como termos relacionados ou potencialmente relacionados a esses conceitos;

4. Refletir, com base na eventual incidência de termos, sobre a relevância da temática do não-público (não-usuários) no ensino e formação profissional em informação no país.

1.4 Metodologia

Segundo o pensamento de González de Gómez (2000), a metodologia da pesquisa designa, de maneira ampla, o início e orientação de um movimento de pensamento, cujo esforço e intenção se direciona à produção de um novo conhecimento, num horizonte de possibilidades sociais e historicamente definidas. No sentido etimológico da palavra, a metodologia pode ter o significado de estudo dos caminhos e/ou dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Methodos significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização e dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência (FONSECA, 2002).

Almeida (2016) considera a metodologia científica como uma ferramenta maior que agrega vários meios que auxiliam na realização da pesquisa científica. Que ajuda nas questões éticas e legais, que ajuda a delimitar os temas e não deixa fugir do proposto, ou melhor, ajuda a deixar óbvio as decisões, os meios e a questão a ser trabalhada para que não haja uma extensão desapropriada do assunto proposto, tampouco um desfalque.

Para esse estudo, o método que será aplicado é a pesquisa documental. Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) relatam que, ao tentarem nomear o uso de documentos na investigação científica, os pesquisadores pronunciam palavras como pesquisa, método, técnica e análise e que, por conta disso, é possível que a pesquisa documental tenha as seguintes denominações: método documental, técnica documental, pesquisa documental e análise documental.

Sobre a análise documental, Richardson *et al.* (1999, p. 230), citado por Garcia Júnior, Medeiros e Augusta (2017), argumentam que essa modalidade procedimental consiste em uma série de operações que visam estudar documentos no intuito de

compreender circunstâncias sociais e econômicas. Sabe-se que no âmbito da Ciência da Informação, a análise documental é importante, “[...] uma vez que através dela o pesquisador poderá coletar, tratar e analisar suas fontes informacionais”. (GARCIA JÚNIOR; MEDEIROS; AUGUSTA, 2017, p. 141).

De acordo com os autores citados acima, Garcia Gutierrez (1984) reflete sobre a análise documental como “[...] todo reconhecimento e estudo que se faz de um documento, exigindo uma identificação das características físicas, que seria a forma, e as intelectuais, o conteúdo”.

Embora a análise documental (RABELLO; GUIMARÃES, 2008), análise documentária (KOBASHI, 1996) e análise de informação (BAPTISTA, 2017) em Biblioteconomia e Ciência da Informação sejam termos de um mesmo campo disciplinar, que tem o principal objetivo de realizar representação descritiva e temática da informação para fins de organização e recuperação da informação em um ou mais sistemas, a representação documental de termos, com tal análise, também contribuí para a sistematização de uma linguagem de especialidade, ou seja, para o agrupamento e estabelecimento de relação terminológica. A terminologia, como teoria,

[...] é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessário para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; como prática, é um conjunto de métodos e atividades voltado para coleta, descrição, processamento e apresentação de termos; como produto, é um conjunto de termos, ou vocabulário, de uma determinada especialidade (SAGER, 1998 *apud* DIAS, 2000, p. 90).

Essa pesquisa se baseia também em um estudo exploratório. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória proporciona maior relação com o problema cujo objetivo é aprimorar as ideias ou a descoberta de instituições, de temas. Geralmente é empregada quando o pesquisador tem a finalidade de realizar a construção do levantamento bibliográfico sobre determinado tema. A presente pesquisa, por sua vez, explorará documentos para identificar a incidência de fenômenos expressos em termos.

A terminologia da área reúne uma série de unidades lexicais, mas nem sempre condiz com o estatuto epistemológico da área. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2004, p. 7). Essas autoras apontam que o fenômeno da importação terminológica, que é muito frequente em Ciência da Informação, indica para uma área que mantém interfaces bastante próximas com uma diversidade de outras áreas do conhecimento.

Na presente pesquisa, os termos a serem investigados – “não-público” e “não-usuário” (FLUSSER, 1980; KOPTCKE, 2012; RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020, dentre outros) – fazem parte de uma construção epistemológica particular (RABELLO, 2012) da área de Biblioteconomia, Museologia, Ciência da Informação e afins, mas estabelecem, mesmo como negação do termo e suas implicações, uma relação direta com aqueles, ou seja, com os termos consolidados “público” e/ou “usuário de informação” em unidades ou instituições mediadoras de informação.

Para além dos termos orientadores que serão objeto de análise – não-público e não-usuário (no singular ou no plural, com hífen ou sem hífen) – serão, complementarmente, objeto de análise termos e expressões que podem se relacionar aos mencionados temas, direta ou indiretamente, por envolver questões sociais. Tais expressões podem estar relacionadas aos termos: classe social, invisibilidade social, desigualdade social e preconceitos (envolvendo gênero, raça, deficiências físicas ou mentais, dentre outros).

No Brasil, há uma variedade terminológica para representar cursos de graduação, em grande medida, comensuráveis, tais como Biblioteconomia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação, Biblioteconomia e Gestão de Unidades da Informação, embora, no texto, por vezes, tais cursos sejam sintetizados com o termo Biblioteconomia, por ser representativo da área e por, igualmente, representar a institucionalização de conselhos de classe (conselho federal e conselhos regionais). Por vezes, ainda, o texto se refere aos cursos de graduação, utilizando-se da expressão composta Biblioteconomia, Documentação, Gestão, Ciência da Informação e afins, de modo a representar toda a variedade terminológica em questão.

Os elementos do quadro-instrumento para análise dos dados são: ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia na Universidade Federal do Paraná; campos de atuação do profissional bibliotecário; setores curriculares do curso de Biblioteconomia; disciplinas voltadas à atuação profissional do bibliotecário. Há a classificação por áreas, cursos e disciplinas que abordam não-público e não-usuário(s) e suas variáveis. Além disso, são considerados termos que podem estar relacionados/associados a cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário(s), mas trazem possíveis termos a elas relacionados/associados. Por fim, aborda cursos e disciplinas que não se referem às categorias não-público e não-usuário, ou a termos relacionados/associados.

De acordo com o site do Ministério da Educação, o e-MEC foi criado para que

possa acontecer o que é chamado de “tramitação eletrônica dos processos de regulamentação”. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Com o funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente. O *link* do *website* do sistema é: <http://emec.mec.gov.br/>.

Para obter sucesso na busca em tal *website*, é necessário estar na página de “Consulta avançada”, buscar por “Curso de Graduação”, ir em “Curso” e digitar o curso de interesse, inserir o “Código de verificação” para ter a certeza que quem está fazendo a busca é um humano e, por fim, clicar em “Pesquisar”. É possível também filtrar os campos caso queira receber respostas mais específicas.

Após esse feito, foi divulgada uma lista dos cursos de Biblioteconomia e afins no país. No resultado de consulta por curso é possível obter informações acerca dos cursos em atividade (que são demarcados com um sinal verde), cursos em extinção (com sinal amarelo) e cursos já extintos (com sinal vermelho). É relatado, também, dados como: instituição de ensino; sigla; curso; grau; modalidade; índices; vagas anuais e datas início. É possível observar os detalhes do curso quando se clica na lupa, além de ter acesso a recursos como: Histórico de Índices; Exportar Detalhado e Exportar Excel. Os registros configurados podem ir de no mínimo 1 e máximo 300 itens por página. As instituições de ensino superior identificadas no *site* do e-MEC foram:

1. Universidade de Brasília (UnB)
2. Universidade Federal de Sergipe (UFS)
3. Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
4. Universidade Estadual de Londrina (UEL)
5. Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
6. Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
7. Universidade de Caxias do Sul (UCS)
8. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)
9. Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
10. Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
11. Universidade de São Paulo (USP)
12. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
13. Claretiano Centro Universitário (CLARETIANOBT)
14. Centro Universitário Assunção (UNIFAI)
15. Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FABCI)

16. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
17. Universidade Federal do Pará (UFPA)
18. Universidade Federal do Pará (UFPA)
19. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRN)
20. Universidade Federal Fluminense (UFF)
21. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
22. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
23. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
24. Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
25. Universidade Federal da Bahia (UFBA)
26. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
27. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
28. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
29. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
30. Universidade Federal do Ceará (UFC)
31. Universidade Federal de Goiás (UFG)
32. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
33. Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)
34. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
35. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
36. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
37. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
38. Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
39. Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
40. Centro Universitário Univel
41. Universidade Santa Cecília (UNISANTA)
42. Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)
43. Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF)
44. Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)
45. Centro Universitário de Jaguariúna (UniFAJ)
46. Centro Universitário Unisep (CEUUN)
47. Abeu - Centro Universitário (UNIABEU)
48. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
49. Centro Universitário Faveni (UNIFAVENI)
50. Centro Universitário Cidade Verde (UNIFCV)
51. Centro Universitário de Caratinga (UNEC)
52. Centro Universitário de Formiga (UNIFORMG)
53. Centro Universitário Unifatecie (UNIFATECIE)
54. Faculdade Prominas de Montes Claros (PROMINAS)
55. Centro Universitário Etep
56. Universidade Federal do Cariri (UFCA)
57. Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)
58. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
59. Universidade de São Paulo (USP)

- 60. Universidade Federal de Sergipe (UFS)
- 61. Universidade Federal Fluminense (UFF)
- 62. Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- 63. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- 64. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Conforme será detalhado na seção “3. Apresentação, descrição e análise dos resultados”, destes 64 cursos que estão em atividade, 51 não estão repetidos na lista e 13 estão repetidos. Na tentativa de conseguir contato com as 51 universidades, 31 delas responderam e enviaram o plano de ensino das disciplinas solicitadas; 5 não responderam.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Ensino de Biblioteconomia no Brasil

No Brasil, o primeiro bibliotecário foi o jesuíta português Antônio Gonçalves em 1604 na biblioteca do Colégio da Bahia (FONSECA, 1979 *apud* ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 1). Naquele período e até o início do século XX não havia cursos de formação de bibliotecários no Brasil, pois o primeiro curso de Biblioteconomia foi criado apenas em 1911 no Rio de Janeiro. “As bibliotecas, juntamente com os arquivos, foram as primeiras instituições que lidaram com a informação, tendo o importante papel na preservação documental.” (SIQUEIRA, 2010, p. 12).

O ensino surgiu só a partir do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911 onde fora estabelecido a criação do primeiro curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional. As autoras do artigo “Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional” relatam que, em síntese, para ser bibliotecário era pré-requisito possuir cultura geral. “A forma de admissão do primeiro curso foi por exame que se compunha de prova escrita de português e provas orais de geografia, literatura, história universal e de línguas: francês, inglês e latim.” (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 3).

O segundo curso foi criado no ano de 1929 na cidade de São Paulo no Mackenzie College e recebeu influência americana tecnicista da Columbia University. Foi direcionado por Rubens Borba de Moraes, mas em 1936 teve suas atividades encerradas. “Borba de Moraes encontrou apoio na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde ali reinstalou o curso em maio de 1940”. (RUSSO, 1966; CASTRO, 2000 *apud* ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 4).

Em 1962 a Biblioteconomia foi elevada a status de profissão de nível superior. Nesta época, de acordo com Fonseca (1979) já havia outros cursos além dos expostos até aqui, como o: Curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica – Campinas (1945); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1947); Curso de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura do Recife (1948); Curso de Biblioteconomia em Minas Gerais (1950); Curso de Biblioteconomia em Pernambuco (1950); Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná (1952); Curso de Biblioteconomia em Manaus (1955) e o Curso de Biblioteconomia de São Carlos – SP (1959). (ALMEIDA; BAPTISTA, 2013, p. 6).

De acordo com Valentim (2000) fazem parte da estrutura bibliotecária nacional: o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) que congrega os Conselhos Regionais

de Biblioteconomia (CRB's), cujo objetivo maior é a fiscalização do exercício e da ética profissional; a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) que agrupa as associações estaduais; tem também a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) que junta os pesquisadores da área de Ciência da Informação e, por último, a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (ABEBD) que agrupa as escolas de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação do país.

As matérias de formação específica ou profissionalizantes programadas pelas IES tem caráter terminal. Valentim (2000) descreve quais são. Fundamentos teóricos da Biblioteconomia, organização e tratamento da informação, gestão da informação e do conhecimento, recursos e serviços de informação, tecnologias em informação, políticas e gestão de unidades e serviços de informação e metodologia da pesquisa.

Em relação ao corpo docente, Valentim (2000) disserta que os cursos exigem uma preponderância de pessoal com titulação específica, de preferência em nível de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), respeitando as proporções indicadas na Lei de Diretrizes e Bases.

2.1.1 Biblioteconomia como disciplina ou curso de graduação

De acordo com Silva (2017), a profissão do bibliotecário tem como característica “[...] prestar um serviço para a sociedade e comunicar descobertas das pesquisas. Produzir e consumir informação são uma das atividades do bibliotecário, que trata, dissemina e usa a informação de acordo com o cenário de atuação”. Para Guedes (1985):

O bibliotecário é o profissional que capta, seleciona, reúne, organiza e dissemina o conhecimento - registrado em materiais bibliográficos e multimeios, e a informação não processada - com vistas a facilitar o acesso do usuário à informação adequada às suas necessidades e gostos, por sistemas estruturados e/ou informais. (GUEDES, 1985, p. 2).

O curso de Biblioteconomia tem seus determinados objetivos e Guedes (1985) os descreve em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão:

Quadro 1 – Ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia na Universidade Federal do Paraná.

Ensino	“Orientar os alunos quanto às reais e potenciais áreas de atuação como profissional, oferecendo-lhe uma formação básica prática, humanística e tecnológica; enfatizar a função social do desempenho profissional. ”
Pesquisa	“Ampliar o corpo do conhecimento da própria Biblioteconomia; Incentivar a utilização da pesquisa como meio de adquirir subsídios para avaliar o desempenho profissional; Incentivar o profissional a atuar perante as mudanças do meio social com esforços de adaptação e transformação contínuas. ”
Extensão	“[...] implantar e organizar serviços que atendam a demanda implícita e explícita de informações da comunidade, de modo a permitir ao futuro profissional ampliar o seu campo de atuação. ”

Fonte: Guedes, Mariana Zeni, 1985.

Cunha (2003), citado por Silva (2017), expõe alguns princípios exercidos pelos bibliotecários referentes à sua função social:

- a) uma vez que, as necessidades informacionais dos cidadãos numa biblioteca são respondidas, favorece a obtenção de direitos básicos de cidadania;
- b) se os pesquisadores têm suas necessidades informacionais respondidas, viabiliza o progresso científico;
- c) a pro atividade do bibliotecário aos alunos de escolas primárias propicia ao gosto pela leitura, ao interesse pelo estudo e por novas descobertas;
- d) atuação de bibliotecários no estabelecimento de políticas e projetos nacionais pode causar diferença nos parâmetros de definição de prioridades, e no destaque à atuação das bibliotecas públicas neste decurso. (CUNHA, 2003 citado por Silva, 2017 p. 29).

Dudziak (2007) aponta que o bibliotecário, na condição de profissional da informação, tem a possibilidade de exercer sua função como mediador pedagógico, como agente educacional de transformação em qualquer espaço de informação e aprendizado. Isso porque uma das principais funções da biblioteca na sociedade é oferecer o acesso à informação.

De acordo com o Projeto Pedagógico da Pontifícia Universidade Católica de

Campinas (PUC-Campinas), “[...] o bibliotecário deve aliar à formação técnica, padrões éticos de conduta, que levem à formação humanística para atuar profissionalmente, considerando os aspectos sociais e culturais. ” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, 2019). É ressaltado também que o bacharel em Biblioteconomia é orientado por um Código de Ética que apresenta dentre seus deveres e obrigações colaborar com a cultura, respeitar seus usuários e as atividades de seus colegas, exercer a profissão com capacidade, honestidade, guardando sigilo, quando necessário.

De acordo com o Portal da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o bibliotecário é um profissional que, cada vez mais, tem sido reconhecido como “agente da informação”. Cabe a ele desempenhar a função de gestor da informação, usando as tecnologias de informação e comunicação disponíveis. A profissão de bibliotecário está enquadrada como profissão liberal (Ministério do Trabalho) e é reconhecida por lei desde 1962.

Silva (2017) aponta que o Projeto Político Pedagógico (PPP), além de representar um instrumento de balizamento para o fazer universitário, passa a ser também um instrumento de ação política. Conforme Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN, 2001 *apud* SILVA, 2017, p. 50), o PPP deve contemplar as diferenças existentes entre os envolvidos em compromissos coletivos:

Não devemos esquecer que o projeto pedagógico deve atender ao caráter plural e ao mesmo tempo identitário de cada universidade/curso, seu processo de construção aglutinará convicções, conhecimentos da comunidade universitária, do contexto social e científico, portanto precisa ser concebido respeitando as diferenças existentes entre os envolvidos para constituir-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2001, p. 12).

Conforme a Universidade Federal do Espírito Santo, está enquadrada como profissão liberal a profissão de bibliotecário (Ministério do Trabalho) e desde 1962 é reconhecida por lei.

Quadro 2 – Campos de atuação do profissional bibliotecário.

Documentação e Informação	“Bibliotecas: públicas, comunitárias, ambulantes, especiais, hospitalares, escolares, infantis, acadêmicas, especializadas e particulares. Centros de Documentação; Centros de Análise de Informação; Centros de Comutação Bibliográfica; Arquivos; Editoras e Publicadoras; Livrarias; Centros de Restauração de Documentos e de Obras de Arte; Residências Particulares (cadastramento de bens); Empresas (controle do fluxo da informação e documentação).”
Comunicação e Informação	“Empresa de comunicação (jornais e revistas); Empresas cinematográficas e de publicidade; Serviços de informação em aeroportos, rodoviárias, instalações ferroviárias e de metrô; Tradução; Organização de congressos e seminários.”
Cultura e Lazer	“Galerias de arte; museus de arte; Históricos (em colaboração com o profissional da área); Centros de cultura; de lazer (informação, estímulo à criatividade, promoções culturais, leitura como lazer, sinalização do espaço, pesquisas).”
Educação	“Ensino de Biblioteconomia (2º e 3º graus e pós-graduação).”
Pesquisa	“Centros de pesquisa; Apoio a pesquisadores (pesquisa bibliográfica, localização e aquisição de fontes ou dados, normalização).”
Tecnologia da Informação	“Informática; Bancos e bases de dados etc.”
Planejamento e informação	“Serviços como autônomo etc.”
Política e Informação	“Conselhos Regionais de Biblioteconomia e Sindicatos.”

Fonte: Adaptação das informações retiradas do portal da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2013.

Com o quadro acima é possível notar que a profissão de bibliotecário apresenta múltiplas facetas e não se delimita a atuar dentro de uma biblioteca somente. O campo é vasto e possibilita diversas formas de atuação dentro do mercado de trabalho. Ainda nesse aspecto, vale a ressalva de que: “A setorização curricular em Biblioteconomia demonstra que as fronteiras disciplinares da área são muito largas e permitem um conjunto de diálogos entre a Biblioteconomia e diferentes campos do conhecimento.” (SILVA, 2018, p. 54).

2.1.2 Elementos curriculares do curso de Biblioteconomia

Os setores curriculares do curso de Biblioteconomia elaborado por Silva (2018) a partir do MEC (2001).

Quadro 3 - Os setores curriculares do curso de Biblioteconomia.

Setor	Temas abordados	Fronteiras disciplinares externas
“Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação”	<p>“História das bibliotecas, da Biblioteconomia e dos registros do conhecimento.</p> <p>O papel e a missão do bibliotecário na sociedade.</p> <p>As etapas de geração, tratamento, difusão, recepção e uso da informação.</p> <p>As interfaces da Biblioteconomia com as demais ciências.</p> <p>Bases legais e éticas da profissão.”</p>	<p>“Filosofia (epistemologia, ética e formação de conceitos na Biblioteconomia);</p> <p>Sociologia (fundamentos sociais da Biblioteconomia e da informação);</p> <p>História (fundamentos históricos da Biblioteconomia, história das bibliotecas, da Biblioteconomia e dos registros do conhecimento);</p> <p>Comunicação (teorias e práticas da informação e da comunicação).”</p>

Quadro 3 - Os setores curriculares do curso de Biblioteconomia.

Setor	Temas abordados	Fronteiras disciplinares externas
<p>“Processamento, Organização e Tratamento da Informação”</p>	<p>“Descrição física e temática da informação e do conhecimento.</p> <p>Aplicação de códigos, normas e formatos disponíveis.</p> <p>Uso da Informática nos serviços de informação.</p> <p>Desenvolvimento e gestão de bancos de dados, bases de dados e bibliotecas digitais.</p> <p>Metodologia de análise e avaliação de sistemas de informação.</p> <p>Automação de unidades de informação. ”</p>	<p>“Linguística (informação e linguagem, fundamentos da Linguística aplicados aos processos de organização e recuperação da informação, linguagens documentárias e análise documentária);</p> <p>Computação (sistemas de recuperação da informação, arquitetura da informação, softwares, repositórios, representação da informação na web etc.).”</p>
<p>“Recursos e Serviços de Informação”</p>	<p>“Fundamentos, princípios, processos e instrumentos do serviço de referência: seleção, aquisição, avaliação, descarte, preservação, conservação e restauração de recursos de informação.</p> <p>Normas para desenvolvimento de coleções. Fontes de informação impressas, eletrônicas e digitais: conceitos, tipologia, acesso, utilização e avaliação.</p> <p>Estudo e educação de usuários. A indústria da informação: geração, produção e comercialização de documentos, fontes e serviços de informação.</p> <p>Serviços de referência e informação. Serviços de extensão e ação cultural. ”</p>	<p>“Educação (educação de usuários, práticas de leitura, produção de serviços de informação, competência em informação etc.);</p> <p>Sociologia/Sociologia da Comunicação (serviços de extensão, ação cultural e mediação cultural);</p> <p>Administração (planejamento de acervos, geração, produção e comercialização, e documentos)”</p>

Quadro 3 - Os setores curriculares do curso de Biblioteconomia.

Setor	Temas abordados	Fronteiras disciplinares externas
"Tecnologias da Informação"	<p>"Relações entre informação e tecnologia.</p> <p>A contribuição das tecnologias para as práticas técnicas e pedagógicas da biblioteca. Aplicações da informática documentária.</p> <p>Bases de dados. Sistemas de recuperação da informação. "</p>	<p>"Computação (fundamentos da Computação aplicados à Biblioteconomia, informática documentária, sistemas de recuperação da informação, bases de dados, entre outros); Comunicação (informação e comunicação em nível digital; contribuições das tecnologias para a comunicação da informação);</p> <p>Administração (planejamento e gestão de tecnologias da informação aplicadas em bibliotecas e outros ambientes de informação);</p> <p>Educação (tecnologias da informação como elementos pedagógicos aplicados em bibliotecas escolares e universitárias);</p> <p>Linguística (linguagens computacionais aplicadas nos processos de geração, produção, organização e recuperação da informação)."</p>
"Gestão de Unidades de Informação"	<p>"Princípios e evolução da administração e da teoria organizacional.</p> <p>Funções da administração: planejamento, organização, execução, controle, mensuração e avaliação.</p> <p>Gestão de marketing, de recursos humanos, de recursos financeiros, de recursos físicos, de produção e de materiais.</p> <p>Qualidade aplicada ao contexto das unidades e serviços de informação. "</p>	<p>Administração (princípios da Administração aplicados em bibliotecas e na Biblioteconomia; planejamento; gestão da informação; gestão de pessoas em ambientes de informação; qualidade aplicada em ambientes de informação, marketing etc.); Administração e Educação (gestão dos serviços de informação, gestão por competência, gestão para educação de usuários, gestão e mediação da informação, gestão de práticas leitoras, entre outros)"</p>

Quadro 3 - Os setores curriculares do curso de Biblioteconomia.

Setor	Temas abordados	Fronteiras disciplinares externas
"Pesquisa"	<p>"Metodologia do trabalho científico e metodologia da pesquisa.</p> <p>Pesquisa bibliográfica e documentária.</p> <p>Normalização documentária.</p> <p>Atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão aplicadas aos demais setores da Biblioteconomia. "</p>	<p>"Administração e Estatística (métodos quantitativos);</p> <p>Computação (uso adequado de bases de dados, repositórios, bibliotecas digitais, busca e uso dos sistemas de recuperação da informação);</p> <p>Qualquer outra área que possua relação direta ou indireta com a Biblioteconomia que permita pensar teorias e práticas de pesquisa em informação (Comunicação, Filosofia, História, Sociologia, Educação, Linguística, Psicologia, Economia, Ciências Contábeis, Direito, Ciências da Saúde etc.)."</p>

Fonte: Silva, 2018, adaptado do MEC, 2001.

A título de exemplo, as disciplinas que compõem a grade curricular do curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) são fundamentalmente divididas por determinadas áreas, tais quais:

Quadro 4 – Disciplinas voltadas à atuação profissional do bibliotecário. Classificadas por áreas

Área 1	"Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia: disciplinas cujo objetivo é conceituar a informação, conhecer o histórico da área e das unidades de informação, estabelecer o papel da informação na sociedade, além de avaliar o papel da profissão e das unidades de informação na sociedade. "
Área 2	"Organização e Tratamento da Informação: disciplinas que visam capacitar o futuro bibliotecário a organizar e tratar descritiva e tematicamente a informação, gerando instrumentos para sua recuperação."

Quadro 4 – Disciplinas voltadas à atuação profissional do bibliotecário. Classificadas por áreas

Área 3	“Gestão da Informação: disciplinas voltadas ao estudo do fluxo, gerenciamento e monitoramento da informação em ambientes profissionais diversificados, em especial ambientes corporativos e empresariais.”
--------	--

Fonte: Adaptação de informações fornecidas no Projeto Pedagógico Curso de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), 2019, p. 59-60.

Conforme apresenta o Quadro 3, com a grade curricular dividida por áreas é possível notar como cada tópico tem seu objetivo para atingir tanto nos fundamentos, organização e tratamento de informação, quanto na área de gestão.

Silva (2018) aponta que o currículo deve ser planejado ponderando tanto pelas disciplinas obrigatórias e optativas, estágios obrigatórios e monografia, quanto também visando essas práticas às atividades extras de pesquisa e inovação da Universidade, com o objetivo de estimular o aluno nas abundantes vias de conhecimento.

A área de “Gestão de Unidades de Informação” chegou recentemente na Biblioteconomia. Para Silva (2018), foi “[...] pelo diálogo no tripé Ciência da Informação-Administração-Biblioteconomia”.

É um setor com carga muito densa no contexto das Ciências Sociais Aplicadas, pela aproximação com fundamentos da Administração, como planejamento, gestão de pessoas, marketing, qualidade etc. Mas também é um setor que possui um viés vinculado à Educação, quando se pensa a construção de políticas e práticas gerenciais em bibliotecas e outros ambientes de informação, por exemplo, gestão para competências em informação, relação entre gestão e mediação, gestão de práticas leitoras etc. (SILVA, 2018, p. 55).

É relevante também comentar sobre a relação interna da Biblioteconomia com a Arquivologia e a Museologia. Os três componentes que formam a Ciência da Informação que “[...] produz ações dinâmicas em comum entre os campos mencionados (ações e processos informacionais de cunho gerencial, tecnológico, preservação da memória, organização etc.)” (SILVA, 2018, p. 59). Mas também vale a ressalva que embora tais disciplinas dessas áreas sejam semelhantes, elas apresentam também suas particularidades.

Silva (2018) reflete que a estruturação curricular do curso de Biblioteconomia define um diálogo complementar entre as fronteiras, sejam elas internas ou externas, que

fortifica a cooperação do curso com outros campos e disciplinas do conhecimento pela perspectiva informacional.

2.1.3 Plano de ensino, programa da disciplina e plano de aula

Para Spudeit [s.d], plano é um tipo de planejamento que busca a previsão mais global para as atividades de uma determinada disciplina durante o período do curso (período letivo ou semestral). De acordo com o artigo “Plano de ensino x Plano de aula”:

O plano de aula segundo Libâneo (1993) é um instrumento que sistematiza todos os conhecimentos, atividades e procedimentos que se pretende realizar numa determinada aula, tendo em vista o que se espera alcançar como objetivos junto aos alunos. Ele é um detalhamento do plano de curso, devido à sistematização que faz das unidades deste plano, criando uma situação didática concreta de aula. (SPUDEIT, [s.d], p. 3).

O conteúdo programático, também chamado de programa da disciplina, deve ser a descrição dos conteúdos elencados na ementa. “É importante esclarecer que o conteúdo programático difere do eixo temático pois o conteúdo programático cobre a totalidade da disciplina e o eixo temático se aplica a uma parte ou capítulo do conteúdo.” (SPUDEIT, [s.d], p. 2). A autora declara ainda que é necessário que a ementa seja composta por um parágrafo que declare quais os tópicos que farão parte do conteúdo da disciplina limitando sua abrangência dentro da carga horária ministrada.

De acordo com Turra (1995), citado por Brisolla e Assis (2020), “[...] o planejamento de ensino é construído a partir do planejamento curricular e envolve a organização das ações, previsão e os meios para alcançar os resultados desejáveis.” Com o planejamento de ensino em mãos, é possível o docente traçar um eixo e dar sentido às suas práticas pedagógicas. O plano de ensino é o plano da disciplina como um todo durante o semestre e o plano de aula é aquilo que os professores fazem para poder conseguir alcançar o objetivo de uma determinada aula.

2.2 Dimensão social da Biblioteconomia

Parte das pessoas presume que o bibliotecário se envolve apenas com o livro e com a leitura, apenas realizando empréstimo e devolução e permitindo o acesso ao livro nas dependências do espaço físico da biblioteca. De acordo com Almeida Júnior (2018),

essa concepção é restrita e possui duas ideias básicas errôneas:

- a) o bibliotecário se preocupa apenas com o livro (vamos deixar claro: o bibliotecário trabalha com a informação; os materiais que contêm informações, entre eles o livro, são de interesse para o profissional);
- b) as bibliotecas visam a preservação dos livros (na verdade, a biblioteca se preocupa em disseminar a informação e permitir a recuperação de informações que sejam de interesse dos usuários). (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 19).

Almeida Júnior (2018) ressalta de forma significativa que a atuação do bibliotecário não é isolada, ela está envolvida com tudo o que acontece na sociedade. “Assim, é esse profissional objeto – na medida em que sofre interferência das transformações sociais – e sujeito – uma vez que interfere nessas transformações.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 19-20). Também não é do nada que as bibliotecas surgem. O autor salienta que fruto de demandas ocorridas em determinados momentos.

É possível afirmar que a princípio o interesse pelas bibliotecas estava relacionado mais à preservação do conhecimento de determinados povos e, com isso, com a preservação também da sua cultura. Claro que o conhecimento preservado era o de uma elite, aquela que possuía o poder para determinar a construção de bibliotecas e, também, as condições mínimas para poder usufruir desse conhecimento. (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 32).

Reitera-se que o interesse pelas bibliotecas estava relacionado mais à preservação do conhecimento de determinados povos e, com isso, com a preservação também da sua cultura. “Claro que o conhecimento preservado era o de uma elite, aquela que possuía o poder para determinar a construção de bibliotecas e, também, as condições mínimas para poder usufruir desse conhecimento.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018 p. 32).

A Biblioteconomia não vive como uma área do conhecimento humano isolada, ou seja, necessariamente relaciona-se com as outras áreas, sendo influenciada e influenciando. “A Biblioteconomia é uma área interdisciplinar, ou seja, depende de outras para se construir, ao mesmo tempo que colabora com suas teorias e práticas para a construção e desenvolvimento dessas outras áreas.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018 p. 39). Vale destacar que de acordo com Almeida Júnior a relação das bibliotecas, do conhecimento e da informação com a sociedade dá-se também, e de maneira formal, pelas políticas públicas governamentais. Isso acontece porque são elas, as políticas, que determinam o que será prioritário no país na esfera da informação, seja ela científica, pública ou tecnológica.

Os interesses e as solicitações do profissional da informação no geral têm de estar voltados para o acervo, mas também para a visão de mundo do homem e seus interesses específicos e coletivos, ou seja, ter o preparo para servi-lo no que for preciso.

Em relação aos serviços desenvolvidos pelos bibliotecários, dentro de uma biblioteca, eles têm por objetivo resgatar e preservar a memória das pessoas. “A intenção é a de preservar não apenas a história do indivíduo, mas a história coletiva, a história da própria comunidade” (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 69).

No livro “Biblioteconomia e Sociedade” escrito pelo professor universitário, ele alega que:

A biblioteca, nosso espaço de trabalho, vai se preocupar com a memória coletiva, embora esta seja feita também de memórias individuais, de memórias pessoais. Biografia de pessoas conhecidas ou não trazem a cultura, os valores, a sociedade da época em que elas viveram. Contam, assim, a história dessas pessoas, mas, ao mesmo tempo, contam a história de um país, de uma época. (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 69).

Dentro da área de Biblioteconomia, assim como na Ciência da Informação, Almeida Júnior (2018) descreve bem que a memória não diz respeito tão somente ao armazenamento e conservação de materiais e à preservação da cultura de um determinado povo, mas que também se volta à disseminação do conteúdo que é armazenado e preservado. A biblioteca, a Biblioteconomia, o conhecimento, seus registros e nós mesmos não existimos sozinhos, isolados. No livro de Almeida Júnior (2018), ele ressalta no capítulo 3 que:

A preocupação e o interesse do profissional bibliotecário devem estar voltados para o acervo – objetos, coisas elaboradas pelo homem – mas também para o contexto, ou seja, para a visão de mundo do homem e suas práticas sociais ou individuais. (ALMEIDA JÚNIOR, 2018, p. 57).

Em relação à relevância das bibliotecas e das unidades da informação para a preservação, o resgate e o acesso à memória, Almeida Júnior (2018) observa que a biblioteca se preocupa com a memória coletiva, embora esta seja feita também de memórias individuais, de memórias pessoais. Nessa direção, biografias de pessoas conhecidas ou não trazem ou suscitam a reflexão sobre a cultura, os valores e a sociedade da época em que elas viveram.

2.3 Estudo de usuários, sujeitos e práticas informacionais em unidades de informação

2.3.1 Usuário e Estudo de usuários

Uma das principais pesquisas acerca dos estudos de usuários se deu no final da década de 1980:

Um dos mais importantes e significativos eventos na área aconteceu em 1976, quando da criação do Centre for Research on User Studies (CRUS) na Unidade de Sheffield, Inglaterra, com o apoio do British Library Research and Development Department (BLRDD), o centro tinha o cunho de se tornar referência em estudo de usuários, abrangendo quatro áreas: pesquisa, educação, consultoria e informação (WILSON-DAVIS, 1977 *apud* GASQUE; COSTA, 2010, p. 26).

Para Figueiredo (1979), o estudo de usuários consiste na realização de investigações no sentido de se saber o que os indivíduos precisam, em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação, por parte dos usuários de um centro de informação, estão sendo satisfeitas de uma maneira certa.

Guinchat e Menou (1994, p. 483) citados por Kafure *et al.* (2013), consideram que os usuários da informação podem ser divididos em três grupos principais: os usuários que ainda não estão na vida ativa profissional ou estudantes, os usuários engajados na vida ativa, cujas necessidades de informação se originam da sua vida profissional e o cidadão, cujas necessidades de informação são gerais e ligadas à sua vida social.

Segundo Baptista e Cunha (2007), os objetivos da temática estudo de usuários são coletar dados para criar e/ou avaliar produtos e serviços informacionais, bem como entender melhor o fluxo da transferência de informação. Os métodos mais utilizados na coleta de dados em estudos de usuários estão relacionados com tipo de abordagem qualitativa ou quantitativa.

Araújo (2015) relata que o campo de estudos sobre os usuários de informação apresentou, ao longo de sua evolução, duas grandes abordagens de pesquisa, ambas já bastante consolidadas: a chamada abordagem tradicional ou positivista (estudos de uso) e a chamada abordagem alternativa ou cognitiva. De acordo com Almeida (2003) citado por Brahn *et al.* (2017):

[...] acredita-se que os museus estão cada vez mais investindo nas

pesquisas de público para identificar as opiniões, sugestões, comportamentos, falas, entre outros, oferecendo ao receptor um papel ativo no processo comunicacional, de sorte a estreitar a relação entre museu, objeto e público (ALMEIDA, 2003).

Figueiredo (1983) destaca em seus estudos que acessibilidade e facilidade do uso são os princípios mais determinantes para a utilização ou não de um serviço de informação. O canal mais acessível, mesmo não sendo o melhor, é escolhido primeiro e assim, considerações sobre qualidade e confiabilidade são secundárias. Um ponto importante que deve sempre ser levado em consideração é que o usuário tenha confiança no serviço de informação e que o profissional tenha capacidade para dialogar habilidosamente com o usuário.

No artigo “Estudos de usuários da informação sob a perspectiva das práticas informacionais”, cinco propósitos de estudos de usuário foram apresentados:

- 1) conhecer hábitos e necessidades dos usuários, a fim de tornar os centros de informação mais adequados às suas carências; 2) tornar os centros de informação capazes de atender a um maior número de demandas; 3) oferecer treinamento aos usuários, de modo a conhecer seus hábitos e necessidades; 4) identificar, nos sistemas de informação, os pontos fracos que necessitam de reforma; e 5) conhecer os grupos de pesquisa, com o propósito de fornecer a informação necessária e de forma eficiente (SANZ-CASADO, 1993 *apud* GOULART; KAFURE, 2021).

Em relação a busca de informação, o usuário passa pelas fases que segundo Balbino e Rocha (2016), essas fases são início, seleção, exploração e formulação. No início, o usuário sente necessidade de informação para resolver uma questão, na seleção o usuário seleciona a informação relevante para a questão a ser resolvida. Na formulação a compreensão aumenta, ficando mais clara a resposta para o problema inicial (BAPTISTA; CUNHA, 2007 *apud* BALBINO; ROCHA, 2016).

Koptcke (2012) e Cury (2006) citados por Brahn et.al. (2017), compreendem que a importância do público para o museu é essencial e indispensável para o desenvolvimento das suas atividades, sendo o público a razão da sua própria existência, pois não há museu sem público. É válido a ressalva de que as pesquisas de público são de um enorme valor para que as instituições museológicas possam conhecer as opiniões, críticas e sugestões de seus visitantes. É necessário elaborar atividades com discursos claros e acessíveis a todos os tipos de público, pois é importante que se conheça o usuário interno. Em conformidade com Andrade e

Andrade (2016), os estudos de usuários na Ciência da Informação podem ser desenvolvidos em qualquer ambiente quando se encontra o foco da pesquisa na informação e no seu uso. Balbino e Rocha (2016) ressaltam de maneira válida que o foco nos usuários internos é importante devido à natureza de suas necessidades específicas geradas pelas atividades exercidas, no interior de instituições.

2.3.2 Práticas informacionais, público e não-público em unidades de informação

2.3.2.1 Práticas informacionais

De acordo com Pinto e Araújo (2019), no artigo “Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais?”, entende-se por práticas informacionais os processos que envolvem as necessidades, a busca, o uso, a produção e a disseminação de informações pelos indivíduos em todos os momentos da sua vivência dada em determinadas condições históricas e sociais, que variam no espaço e no tempo. Os estudos de práticas informacionais são estudos do indivíduo agrupados na sociedade de um modo geral.

A adoção do vocábulo “práticas informacionais” ocorre a partir do estudo de Pamela McKenzie (2003), que segundo Savolainen (2007) citado por Duarte; Araújo; Paula, (2017) defende que a terminologia “práticas informacionais” é mais adequada “que busca de informação” ou “comportamento informacional”.

Apesar de o termo ser relativamente recente, em 1994, Regina Marteleto, professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), por meio de convênio entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), usou essa expressão no título do artigo “Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais”. Nas palavras da autora:

A informação é [...] também uma prática, num contexto sócio-cultural de produção de discursos, representações e valores que informam cada existência, fornecendo a cada sujeito um modelo de competência (cognitiva, discursiva, comunicacional) para dirigir suas vidas, para se relacionar com os outros, com a sociedade (MARTELETO, 1994, p. 134).

Entende-se que o conceito de práticas informacionais foi um avanço em relação ao conceito de comportamento informacional, por considerar as influências

contextuais e sociais nos estudos dos fenômenos informacionais (PINTO; ARAÚJO, 2019). “O ser humano está em constante interação, e esta interação normalmente se manifesta através da linguagem, portanto as práticas informacionais são consequência destas interações languageiras.” (DUARTE, 2017)

De acordo com Pinto (2012), reiterado por Pinto e Araújo (2019), as práticas informacionais correspondem às necessidades, ações de busca, uso, produção e disseminação de informações num tempo e espaço determinados não somente pelas ideias dos sujeitos, mas pela historicidade, a posição de classe e os conflitos existentes.

No texto “Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando?” Os autores relatam sob suas perspectivas que:

As práticas informacionais precisam ser compreendidas do ponto de vista de outras áreas do conhecimento, como a antropologia e a sociologia que atribuem para a compreensão da realidade social a concepção da construção contínua, amplamente influenciada, sendo necessárias considerações mais complexas em virtude da impossibilidade de previsão e determinação de uma única resposta (BERTI; ARAÚJO, 2017, p. 394).

Rabello (2021) enfatiza que “[...] nos estudos das práticas informacionais, como em qualquer estudo, as escolhas epistemológicas e teórico-metodológicas serão também ético-políticas.” Isso significa que determinadas escolhas do profissional em questão ocasionam em quem deverá ser estudado/entrevistado.

A prática informacional do profissional da informação influencia, de fato, a implementação dos serviços informacionais ofertados para os usuários. Para Lima e Araújo (2020, p. 2), o exercício profissional do bibliotecário e outros da área da Ciência da Informação, exige que estes tenham habilidades técnicas e competências pessoais, pois as bibliotecas, arquivos e museus têm um papel importante na educação do usuário em relação ao correto uso da informação. Esses mesmos autores relatam que esses trabalhadores, como todo ser social, carregam consigo práticas moldadas pelo contexto histórico e social em que estão inseridos e é daí que surge a influência do bibliotecário nos serviços que a biblioteca proporciona.

Estudar as práticas informacionais dos bibliotecários e demais profissionais da informação é essencial, uma vez que suas práticas refletem nos serviços desenvolvidos por esses profissionais. Esses serviços oferecidos pelas bibliotecas mediam a relação do usuário com a informação, e por consequência, refletem na forma que o usuário lida com a informação no seu cotidiano, na sua vida acadêmica

e profissional (LIMA; ARAÚJO, 2020 *apud* BREDER, 2021, p. 46).

“É relativamente recente o surgimento de “práticas informacionais” como uma perspectiva de estudos na área de usuários da informação.” (ARAÚJO, p. 365, 2021). As atividades do cotidiano dos bibliotecários são marcadas pela busca, pelo uso e pelo compartilhamento de informações. De acordo com Lima; Araújo (2018), cada ação é influenciada pelo contexto, sendo esta uma característica básica do conceito de práticas informacionais. “O compartilhamento se dá pela interação com outros profissionais; cada participante constrói significados e conhecimentos dentro de suas próprias realidades.” (LIMA; ARAÚJO, 2020, p.13).

Conforme Savolainen (2007) citado por Alves (2017), o comportamento informacional e as práticas informacionais são, de maneira geral, formas pelas quais as pessoas lidam com informações.

No ponto de vista de práticas informacionais no âmbito biblioteconômico “[...] a informação está diretamente ligada às práticas sociais, gerando uma experiência duplamente mediada. Ela não começa, nem se encerra num espaço particular, vai além; pois implica movimentos descontínuos de significação e ressignificação.” (MELO [et.al], 2021).

Para Carvalho e Nunes (2021), as práticas informacionais são sobre como o indivíduo consegue, a partir de um determinado contexto, identificar e buscar uma informação e a partir da sua interação com essa informação ter a possibilidade de recriá-la e posteriormente partilhá-la. As práticas decorrem de espaços e contextos e nelas são desenvolvidas atividades. Tanto os estudos de comportamento informacional quanto os de práticas informacionais se propõem a compreender a interação entre bibliotecário e usuário.

A mediação da informação é um assunto muito debatido no âmbito das bibliotecas e “[...] a mediação da informação envolve, dentre outras questões, a promoção do “encontro” da informação com um determinado usuário, tendo a finalidade de satisfazer uma necessidade informacional, uma ação de interferência.” (CAVALCANTE; ALBUQUERQUE, 2021, p. 275). Ainda nesse contexto, os autores relatam que:

Embasados por Savolainen (2007), Nunes e Carneiro (2019, p.157) afirmam que “a noção de práticas informacionais abrange modos de identificar, buscar, avaliar e compartilhar informações através de construtos sociais com base nas necessidades e motivações dos próprios indivíduos”. (CAVALCANTE; ALBUQUERQUE, 2021, p. 275).

Prudêncio (2021) ressalta que, ao mesmo tempo, o bibliotecário tem a função de assessorar o usuário naquilo que lhe for necessário para que o mesmo tenha seu pedido aceito e seu problema resolvido, o bibliotecário também é um membro dessa comunidade, ou seja, também são usuários.

É importante salientar que “[...] a abordagem das práticas informacionais altera o foco no comportamento individualizado, direcionando-o aos membros de grupos que compartilham o contexto de suas atividades cotidianas.” (FURTADO; COSTA; SANTOS, 2021, p. 349). De acordo com os autores citados acima, esses contextos identificados por práticas informacionais possuem diálogo com as ciências sociais e humanas cujo objetivos são solucionar problemas, fazer com que a comunicação profissional - usuário seja mais dinâmica, (podendo ser ela escrita e oral.)

Entende-se que a presença do público em ambientes como o museu é de extrema relevância por diversas razões. Além do usuário poder se enriquecer culturalmente adquirindo conhecimento, lazer e socialização (já que o museu é caracterizado como um produto cultural), também é importante sua presença nesses espaços de forma que ele possa contribuir monetariamente para manter em funcionamento esses locais. Não faz sentido existir museus, bibliotecas, galerias, teatros e outros meios, se o público não participar ativamente.

De acordo com Rocha (1999), as práticas informacionais museográficas são os métodos e ações empregadas no cotidiano do museu, tais como atividades de seleção, classificação, produção e divulgação da informação no contexto museal.

Rocha (1999) relata que os museus têm pouco a pouco alterado o seu foco de trabalho. Têm se preocupado com a acumulação de objetos, dados e informações e com o desenvolvimento e com isso, se deparam com “[...] a tarefa de organizar e representar o seu acervo através de práticas informacionais que assegurem a efetiva transferência de informação.”

Koptcke (2012) relata que os museus se formaram na esfera pública, articulando práticas e discursos sobre elementos da cultura. Constituíram-se como espaços de construção de conhecimento; de ressignificação de objetos; de interação social; de exercício e de autoridade simbólica. De acordo com Koptcke (2002), em seu artigo “Observar a experiência museal: uma prática dialógica?”, Guba e Lincoln falam de quatro avaliações em museus:

A primeira geração enfatiza a medida (número de visitantes ou visitas), a segunda enfatiza a descrição (observação dos comportamentos), a

terceira focaliza o julgamento (a percepção e a opinião do visitante) e a quarta concentra sua área de interesse nas respostas (aprendizagem).

O museu fica entendido, como lugar, espaço de memória, onde se deve depositar algo que guarde significado no presente por seus usos ou desusos e que possa vir a ser relevante ao futuro, como basilar de ações já praticadas, mas plausíveis de serem reinterpretadas em um novo contexto, tornando-se referência ao apresentar narrativas diversas para um mesmo contexto passado e propiciar tantas outras nos contextos que estão por vir, baseados em seu acervo e nas diversas configurações que cada olhar possibilita às peças, aos fatos e aos registros ali depositados. (RICARDO, 2017 p. 22)

O papel do museólogo não se limita apenas ao museu. Rússio (1982) relatou que “[...] este profissional tem capacidade ampla de atuar nas mais diferentes abordagens dentro do seio cultural da sociedade.” Martins (2017) explica que na Lei 7.287 (que regulamenta a profissão de museólogo no país) é possível realizar tais atuações como ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus, solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico para coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico, planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais etc.

Sabe-se que nos dias de hoje, mais que preservar, o museu tem a função de englobar a comunidade às suas ações fazendo com que o público assuma a função de protagonista e participando cada vez mais das atividades do museu. “Se o modelo anterior era baseado na sistematização museu (edifício) público, coleção, nas abordagens contemporâneas a base é território comunidade patrimônio.” (PÉREZ SANTOS, 2000; ALONSO FERNÁNDEZ, 2012 *apud* GANDRA; ARAÚJO, 2019).

Há diversas formas de se estudar uma experiência de visita ao museu e Gandra e Araújo (2019) relatam que essas averiguações podem ser feitas de numerosas maneiras. Tais quais:

[...] estudos de observação do comportamento, do percurso físico do visitante pelo museu; estudos realizados por viés psicológico; estudos que enfocando a dimensão de aprendizagem; estudos que enfocam as dimensões emocionais e cognitivas; estudos que enfocam a dimensão contextual; ou estudos que enfocam a dimensão comunicacional. (GANDRA; ARAÚJO, 2019, p. 4452).

Francisco Javier Zubiaur Carreño (2004, p. 280) *apud* Silva e Azevedo Netto

(2013), afirma que o museu não se define como mero espaço de “exposição de objetos”, mas, sobretudo, um espaço de comunicação e educação. Portanto, um espaço de construção de sentidos, espaço de produção de informação.

Em relação aos estudos da observação do comportamento do visitante, é mencionado no artigo “Práticas informacionais dos visitantes do Museu Itinerante Ponto UFMG” que lá em 1928, Robinson apurou dos visitantes: duração da visita, número de salas visitadas, número de obras visitadas em casa sala e tempo de parada em cada obra. Na década de 1930, são realizadas inúmeras investigações sobre o perfil dos visitantes, incluindo aspectos como ocupação, lugar de residência, motivo da visita, grau de satisfação entre outras. Em se tratando de experiência museal, é interessante olhar pelo ponto de vista de que:

O contexto pessoal refere-se às expectativas, interesses e experiências prévias do visitante, bem como sua própria concepção sobre o que é um museu, dentro da sociedade e cultura nas quais ele está inserido. O contexto físico abarca o edifício onde o museu está sediado, todos os objetos e artefatos, e todo o ambiente no qual ocorre a interação entre visitante e museu. Este modelo também considera o contexto sociocultural, tanto do visitante quanto do museu, pois considera que ambos estão inseridos em uma cultura específica, com suas crenças e valores, o que influencia as decisões e os comportamentos dos visitantes. (FALK; DIERKING, 2011 *apud* GANDRA; ARAÚJO, 2016).

Do ponto de vista dos autores citados acima, no estudo das práticas informacionais, declara que o sujeito se relaciona com de múltiplas variadas maneiras, não apenas pela mente, mas também pelos seus sentimentos e interesses, dentre outros.

2.3.3 Público e não-público e a “cultura-palavra”

2.3.3.1 Público e não-público em unidades de informação

O público é constituído de pessoas que frequentam o espaço físico de uma determinada biblioteca, museu ou arquivo e que fazem uso daquele espaço e dos produtos e serviços oferecidos pela instituição, seja no contexto analógico ou digital e em rede. Noutras palavras, acessam o acervo disponível, utilizam mesas e salas de estudo, as interfaces de busca e recuperação de informação, consultam as referências e os materiais disponíveis, participam de alguma atividade de mediação (como o clube

de leitura) e, por esse protagonismo, são ativos verdadeiramente. Possuem atributos que, diante do corpo social, são aceitáveis para transformá-lo num usuário da informação real ou potencial. “Os usuários de informação reproduzem privilégios, quando pertencentes às classes alta e média.” (RABELLO, 2021, p. 9).

O não-público é aquele que é “omitido” de informações e acesso a bens-culturais e é conceituado como aquele que não pode fazer uso dos materiais da unidade de informação, por lhe faltar algum atributo mínimo e básico para isso, como, por exemplo, educação básica, saber ler, escrever etc. Pode estar invisível aos olhos da sociedade, cujo poder aquisitivo é mais elevado ou que carrega consigo e atua na valoração de aspectos que conferem aos sujeitos alguma distinção social.

O conceito de não-público é abordado por Flusser (1980), inspirado em ideias do educador Paulo Freire. Questionando a ausência do não-público em contextos institucionais, Flusser propõe, o que, em sua visão, seria particularmente necessário para a valorização de diferentes vivências culturais para a transformação de uma “biblioteca-tradicional” - que desconsidera o não-público - em uma biblioteca receptiva e agregadora, ou seja, uma “biblioteca verdadeiramente pública” ou “biblioteca ação-cultural. (RABELLO, 2021).

Para Souza (2011), o termo *ralé estrutural* foi aplicado tendo destaque os sujeitos que apontam o maior conflito brasileiro: “[...] o abandono social e político, ‘consentido por toda a sociedade’, de toda uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações enquanto tal” (SOUZA, 2011, p. 21 *apud* RABELLO 2021, p. 9).

De acordo com Flusser (1980), para que uma biblioteca pública possa vir a ser plenamente pública, é necessário que ela se volte para o não-público. É importante romper o isolamento e dar a palavra a esse grupo considerado não-público para que o mesmo possa “falar a mesma língua” da biblioteca e, com o passar do tempo, se tornar um usuário real. É pertinente apontar que:

[...] indivíduos em situação de invisibilidade ou de vulnerabilidade não correspondem, necessariamente, à *ralé estrutural* como não-público à medida que podem possuir, no sentido empregado por Souza (2011), algum capital cultural e/ou social e estarem, por exemplo, em situação de rua ou de pobreza por conta de adicção, problema psicológico ou de imigração por motivos de desastres naturais, de conflitos bélicos, dentre outros. (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2021, p. 18).

No relatório *O “não público” dos museus: levantamento estatístico sobre o “não-ir” a museus no Distrito Federal* foi relatado que se o hábito de frequentar os espaços culturais como os museus não constitui um processo espontâneo da população de

uma maneira geral, “[...] a condição de ‘não público’ não se define apenas por motivos de falta de acesso devido à distância geográfica ou desconhecimento, mas também pela inexistência da demanda imediata de ir a museus.” (CPIM/DEPMUS/IBRAM, 2012, p. 3).

A avaliação, no âmbito do museu, permite considerar informações advindas diretamente do visitante, diminuindo a margem de incerteza no planejamento de exposições que valorizam a comunicação. Koptcke (2002) descreve que na realidade é preciso estar atento “[...] à ilusão do acesso direto à percepção do visitante, àquilo que este pensa, sente, apreende da visita. Os procedimentos de avaliação são construções.” (KOPTCKE, 2002, p. 10). Um exemplo de práticas avaliativas realizadas em museus são os preenchimentos de formulários. Muitas vezes eles são observados durante essa visita e, logo após o fim, são convidados a darem entrevistas cujo objetivo é capturar a impressão do visitante sobre o espaço. A autora relembra que os primeiros registros de identificação dos visitantes foram feitos por meio dos livros de visitante preenchidos pelos porteiros responsáveis pelas salas ou, até mesmo, pelos visitantes que assinavam o livro de ouro do museu (KOPTCKE, 2012, p. 214).

O Instituto Brasileiro de Museus (2011) afirma conclusivamente que “o hábito de frequentar museus precisa ser cultivado ao longo da vida e desde os primeiros anos, tanto no seio escolar, quanto familiar. Isso significa que é elementar fomentar uma formação que valorize os bens culturais musealizados.” (GOMES, 2016, p. 142). Em relação aos números:

Não se considera como um cenário ideal apenas a ampliação da visitação dos museus, em que o número tenha um aumento considerável, a linha de pesquisa desta investigação busca incluir a possibilidade de fidelização desse público novo para além do público atual, com a intenção de que esse grupo de pessoas que visita museus sinta-se mais estimulada a continuar voltando, estimular que hajam experiências renovadas e intensificadas com o patrimônio musealizado, partindo do princípio de que os museus são instituições que buscam a valorização cultural. (GOMES, 2016, p. 143-144).

Uma instituição como o museu surge “para preservar e cultuar um bem com dois valores nele reconhecidos na época como possíveis, o econômico e o “cultural-educacional”, vistos como não necessariamente dissociados.” (COELHO, 2001, p. 37). O autor aborda um fato interessante de que só a partir da Segunda Guerra Mundial que se pôde falar em ação cultural com mais propriedade. “É quando as

instituições culturais passam a preocupar-se mais com as pessoas que entram em contato com a cultura e a arte do que com o objeto cultural ou artístico em si. ” (COELHO, 2001, p. 38).

Não há museu sem público, pois até os colecionadores, curadores, pesquisadores, artistas, profissionais de museus, educadores, gestores culturais ou visitantes são, de certa forma, público. É importante que o museu se faça presente em todos os âmbitos e, para que isso aconteça, é necessário focar nos três processos de democratização do quesito acessibilidade. São eles:

A primeira diz respeito ao acesso material que concerne à existência física e a distribuição territorial equânime dos equipamentos; a consideração das necessidades especiais dos visitantes (rampas, elevadores, textos em braile, etc.) nos espaços e equipamentos da cultura. A segunda faz referência à acessibilidade social e simbólica, às chances efetivas dos diferentes segmentos sociais de frequentarem os diversos espaços culturais.

A terceira abordagem mescla objetivos de aumento numérico de praticantes (volume dos que frequentam um equipamento) e a diversificação da estrutura social dos públicos em questão, gerando mal-entendidos e frustrações, pois não se observa uma relação de reversibilidade causal entre a diversificação da estrutura social dos públicos de um equipamento e seu aumento numérico. (KOPTCKE, 2012, p. 221).

É válido ressaltar que os estudos de públicos e não públicos nos museus não são recentes (KOPTCKE, 2005). Desde o século XVII há registros encontrados, tais quais: seus perfis, as opiniões declaradas, as avaliações das exposições e da ação educativa, o registro nos livros dos visitantes, livros de registro e cartas sobre visitantes etc. Conforme Koptcke (2005), desde os primeiros anos do século XX, os *Anuários Estatísticos do Brasil - AEB* (atual Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE) registram dados sobre a cultura e, mais precisamente, sobre oferta de museus e o número de visitantes por mês e por ano. Segundo a autora, isso acontecia porque os museus deveriam prestar contas de suas atividades ao ministério ou à secretaria responsável por sua tutela.

Gomes (2016) além de relatar que os museus são instituições que tratam da valorização da cultura produzida pelo ser humano cuja importância é conhecer não só sua própria cultura, mas também a do outro, o objetivo então é “[...] entender e se apropriar melhor dos conceitos e características, daquilo que o torna especial, suas particularidades e aquilo que aproxima os seres, que os torna de alguma forma integrantes de um mesmo círculo.” O Conselho Internacional de Museus define que:

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço

da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (ICOM, 2007 *apud* GOMES, 2016).

Ou seja, o papel da instituição museológica é justamente estar a serviço do público da forma mais igualitária possível porque senão estaria indo contra a própria descrição.

Na visão de Gomes (2016), para que estas instituições possam ser bem-sucedidas com o público e/ou não público, é preciso que elas entendam seus perfis, a fim de direcionarem as ações de motivação e de atração do público. É necessário que tudo seja bem planejado pelo responsável do museu desde estabelecer temas, cores, fontes de textos, até iluminações, posições das obras e o que mais for necessário. Gomes (2016) relata que todos esses cuidados se devem para auxiliar a compreensão do espectador.

Mesmo com todas essas cautelas, a autora ressalta que “[...] não se espera que apenas um perfil de público específico visite determinada exposição e assim ela seja montada com esse objetivo somente. Ao contrário, para além do público alvo, deve haver programação para que outros perfis também sejam abarcados.” (GOMES, 2016, p. 38).

As estratégias voltadas para o aumento da visitação, de acordo com o IBRAM, devem imprescindivelmente partir da compreensão dos mecanismos sociais inibidores da visitação, isso significa que a mera ampliação da divulgação não é capaz de suplantar os mecanismos sociais.

Gomes (2016) aborda um tópico importante ao escrever que no Brasil é comum que se encontre, trabalhando em museus, profissionais de outras áreas. Isso é até bom para o funcionamento do local, mas a autora frisa que isso não é o suficiente pelo motivo de que ainda há espaços museais em que o profissional museólogo ainda não penetrou, em função da estruturação ainda não ter sido adequada às novas práticas do setor museológico.

2.3.3.2 “*Cultura-palavra*” em unidades de informação

A “palavra-cultura” foi uma ideia empregada por Paulo Freire e que permitiu a Flusser exemplificar como o distanciamento do não-público aos objetos da cultura

impossibilita algum diálogo a ele familiar (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020). A promoção da “palavra-cultura”, a ação cultural, tem o intuito de estabelecer diálogo, com palavras simples e decifráveis para que o sujeito tenha a oportunidade de se inserir nesse meio informacional. Essa é a principal missão da biblioteca verdadeiramente pública.

Freire (1981) relata – em seu livro *Ação cultural para a liberdade* – que “[...] a relação entre a consciência do projeto proposto e o processo no qual se busca sua concretização é a base da ação planejada dos seres humanos, que implica em métodos, objetivos e opções de valor.” Noutras palavras, para a concretização da biblioteca e museus verdadeiramente públicos, é necessário que a mesma seja vista, analisada e compreendida desta forma. A importância do profissional da informação – seja ele bibliotecário, arquivista ou museólogo – é demasiadamente nítida quando Paulo Freire escreve que:

A alfabetização se faz, então, um quefazer global, que envolve os alfabetizados em suas relações com o mundo e com os outros. Mas, ao fazer-se este quefazer global, fundado na prática social dos alfabetizados, contribui para que estes se assumam como seres do quefazer – da práxis. Vale dizer, como seres que, transformando o mundo com seu trabalho, criam o seu mundo. Este mundo, criado pela transformação do mundo que não criaram e que constitui seu domínio, é o mundo da cultura que se alonga no mundo da história. (FREIRE, 1981, p. 17).

É necessário trabalhar na alfabetização global e no avanço da educação de qualidade para que com o passar dos anos a porcentagem do não-público seja cada vez menor. Paulo Freire defendia claramente os professores e o quão fundamental é o trabalho e o legado que os mesmos são capazes de deixar. Ele acreditava e valorizava que esse papel ia além do ensinar, pois para ele o ato de ensinar está diretamente relacionado ao de aprender.

Para aprofundar os conhecimentos a respeito do perfil de públicos e não-públicos fica claro que:

[...] é importante reconhecer que além dos aspectos físicos, existem os aspectos psicológicos, pois o ser humano é muito complexo em seus processos físico e mentais e, assim, cada indivíduo é resultado dessa mais complexa ainda combinação de elementos (GOMES, 2016 p. 32).

No “Programa Paulo Freire Vivo 9 - Ação Cultural para a Liberdade”, para Paulo Freire:

[...] a educação é uma ação cultural na qual os educandos assumem

o papel de sujeitos do processo de conhecimento em diálogo (comunicação) entre si mesmos e com os educadores transitando de uma consciência ingênua a uma consciência crítica que, no caso das camadas populares tende a forjar uma consciência de classe e o seu processo de libertação. (SCOCUGLIA, 2016).

Alfabetização, educação e comunicação são palavras que sempre andaram juntas na proposta pedagógica de Freire e a ação cultural para a libertação acontece em contradição às classes dominantes. Os limites dessa ação cultural se esbarram no silêncio imposto pelas classes dominantes às classes opressoras. Em concordância com o autor, “[...] a ação cultural para a libertação e a revolução cultural implica na comunhão entre os líderes e as massas populares, como sujeitos da transformação da realidade.” (FREIRE, 1981, p. 69). Mas, em contrapartida, Paulo Freire diz que nem tudo o que compõe a cultura do silêncio é pura reprodução ideológica da cultura dominante. Também existe algo próprio desses oprimidos que se cercam como mecanismo de sobrevivência, defesa.

Uma coisa fundamental dentro de suas obras de uma maneira geral são os três direitos específicos sobre o conhecimento que as camadas populares têm. O primeiro é relatado da seguinte maneira: conhecer melhor o que já conhece, ou seja, o conhecimento popular necessita ser melhor elaborado para entender todas as nuances da realidade em que se vive; o segundo é o direito de conhecer aquilo que não conhece ou que de um certo modo lhe foi negado (exemplo: não ter ido a escola ou ter saído prematuramente por não ter algum certo tipo de privilégio ou oportunidade) e o terceiro seria o direito de produzir seu próprio conhecimento que seja inerente aos seus interesses, valores, culturas e principalmente podendo transformar (no sentido de melhorar) o ambiente em que vive.

“A educação, qualquer que seja o nível em que se dê, se fará tão mais verdadeira quanto mais estimule o desenvolvimento desta necessidade radical dos seres humanos, a de sua expressividade.” (FREIRE, 1981, p. 20) e transformar o mundo através do seu trabalho, “dizer” o mundo, expressá-lo e expressar-se são o próprio dos seres humanos. Ele sempre teve por objetivo dar voz a quem não tem voz, ou seja, fazer com que a classe oprimida e o não-público faça parte da comunidade, mostre seus valores e conhecimentos

No mundo da museologia há duas formas básicas de interpretar o visitante. De acordo com Gomes (2016), a primeira é analisando-o fundamentalmente com olhos institucionais, com os quais se tem uma rasa ideia dos anseios e necessidades deste

e a segunda forma seria:

[...] observar a situação com muito mais empatia e assim podendo-se questionar, de forma mais específica e com liberdade subjetiva, o próprio visitante e o não-visitante, seus motivos, interesses e dissabores em relação aos museus, evitando enquadrar os visitantes em padrões pré-estabelecidos. (GOMES, 2016, p. 16).

Outro ponto necessário para que o público possa e/ou queira estar em contato com o museu é a acessibilidade. Gomes (2016) expõe que para que uma instituição seja considerada acessível, dentro dos parâmetros desta pesquisa, leva-se em consideração aspectos como:

[...] distribuição geográfica; informações difundidas pelas mídias; acesso físico ao local; linguagem acessível; discurso compreensível cognitivamente; empatia do público com os temas abordados; horários de funcionamento; suporte para portadores de necessidades diferenciadas e parceria com educadores (GOMES, 2016, p. 28).

Gayatri Spivak, um dos nomes mais relevantes da crítica cultural contemporânea, transita por várias áreas do conhecimento e concentra seus estudos acadêmicos principalmente nas áreas de feminismo, marxismo, desconstrução e globalização. A autora do livro “Pode o subalterno falar?” Debate as relações de poder, utilizando autores como por exemplo Foucault. Para ela, não existe uma história única e verdadeira. Considerar que só existe a versão dos vencedores é errado. E ao desconsiderar essa hipótese, abre-se espaço para dar voz aos subalternos. Esses subalternos só poderão falar quando eles falarem na sua própria língua, com seus próprios esquemas explicativos, cultura etc. Se para serem ouvidos tiverem que se utilizar de outros elementos, nunca serão ouvidos nem levados a sério. De acordo com o *site* Notícias da UFMG:

Para Spivak, se o discurso do subalterno é silenciado, a mulher subalterna encontra-se em uma posição ainda mais periférica pelos problemas subjacentes ao gênero. A autora relata a história de uma jovem indiana que não pode se auto representar fora do contexto patriarcal e pós-colonial. Com esse exemplo, Spivak demonstra que o subalterno, neste caso a mulher, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra meios para se fazer ouvir (EDITORA UFMG, 2010).

No Museu Vivo da Memória Candanga, que é um espaço de transição social e de desenvolvimento educacional e cultural da sociedade, tem por suas atividades algumas exposições, oficinas e programas permanentes para que se tenha uma maior interação com seus visitantes. Vale destaque para dois deles: “As Oficinas do Saber

Fazer” que são espaços de troca de ideias, de criação, de conhecimento e de trabalho, onde têm por objetivo a valorização, o resgate e a difusão de saberes, favorecendo a interação entre a comunidade, artesãos e agentes culturais que tenham interesse em oferecer oficinas práticas nas instalações do museu.

As Oficinas do Saber Fazer são espaços físicos onde acontecem as diversas ações de educação — cursos, encontros, palestras, vivências, workshops, etc. —, pesquisa e produção do MVMC. Cada oficina trabalhava basicamente uma linguagem artesanal de tradição cultural, trazida pelos candangos e suas famílias para a região, e também formava e qualificava a mão de obra artesanal local na década de 1990. (RICARDO, 2017, p. 136).

E o “Programa Histórias Contadas” que é um programa de coleta de dados, documentos e imagens relativos aos antecedentes e a história da cidade de Brasília. É necessário enviar um e-mail para a instituição deixando um relato, foto ou documento e os mesmos serão catalogados e disponibilizados à comunidade.

2.3.3.3 Não-público (não-usuários), “Cultura-palavra” no contexto de praxiologias restritiva e receptiva

Sabe-se que praxiologia é o estudo das práticas informacionais em contexto. De acordo com Rabello (2021), os estudos de “informação e comunidade” e/ou de “usuários e não-usuários” podem ser pensados no sentido de uma praxiologia receptiva. Com isso, é possível buscar meios para acolher o não-público e transformá-lo em público.

Acerca das praxiologias restritiva, ou seja, aquelas restritas a um determinado tipo de público, o autor descreve, considerando aspectos conceituais bourdieusianos, que:

A praxiologia restritiva ao usuário (real ou potencial) de uma unidade de informação tradicional pressupõe que o sujeito estudado somente o será por trazer consigo atributos os quais, por vezes, estão expressos em capitais acumulados e valorados socialmente. (RABELLO, 2021, p. 113).

Rabello (2021) ressalta que, por conta desses fatores, mesmo o usuário real ou potencial, ou seja, aquele que possui atributos “socialmente” valorados para ser um usuário de informação, quando não possui os mencionados atributos, pode ser içado à categoria de não-público ou “não-usuário”. Nesse caso, ao invés de considerar

os sujeitos e suas práticas, a instituição e os profissionais de informação poderão restringir a sua atuação, convergindo com aquilo que Rabello (2021) denominou de uma perspectiva institucional tradicional, por vezes baseada em uma praxiologia restritiva.

Por outro lado, entende-se que quando o profissional atua *com* e não apenas *para* a comunidade, há uma probabilidade maior de dar voz às pessoas a ela pertencentes, podendo, conforme Rabello (2021), promover uma mediação crítica à informação e à “cultura do passado”.

Ressalta-se, mais uma vez, a importância de se buscar solucionar obstáculos, tais como barreiras linguísticas que afastam pessoas analfabetas, barreiras arquitetônicas, que ocorrem, por exemplo, quando não há acessibilidade de pessoas com deficiência, de pessoas idosas, dentre outras, e/ou a proibição da entrada de pessoas trans em banheiros, de pessoas com vestimentas consideradas inapropriadas pela instituição, por vezes por conta da classe social de origem do sujeito (criança descalça, etc.), dentre outras.

3. APRESENTAÇÃO, DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o site do Ministério da Educação, o e-MEC foi criado para que possa acontecer o que é chamado de “tramitação eletrônica dos processos de regulamentação”. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Com o funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente. O link do site de acesso é o: <http://emec.mec.gov.br/>.

Utilizando o site do e-MEC para fazer o levantamento de dados foi obtido o seguinte resultado: total de cursos de Biblioteconomia, Documentação, Gestão ou Ciência da Informação encontrados no Brasil: 71. Em atividade: 64. Em extinção: 3. Extinto: 4. Desses 71 cursos, apenas 1 é de licenciatura, sendo ele da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Cursos presenciais somam-se 48 e realizados a distância são 23. Dessa lista, 43 são de universidades públicas e 28 de faculdades particulares.

Dos 64 cursos que estão em atividade, 51 não estão repetidos na lista e 13 estão repetidos. Na tentativa de conseguir contato com as 51 universidades, 31 delas responderam e enviaram o plano de ensino das disciplinas solicitadas; 5 não responderam.

No caso de 15 universidades, não foi possível realizar contato, pois não possuem site oficial ou não possuem e-mail ou outros meios de contato. Das 31 instituições que enviaram planos de ensino, considerando-se disciplinas relacionadas aos temas usuário, informação e sociedade, somaram-se 60 planos de ensino.

Dos 60 planos de ensino dos 31 cursos das instituições analisadas, os dados estão detalhados no instrumento de coleta de dados que compõe o Apêndice A. A seguir apresenta-se os quadros 5, 6 e 7, seguidos da descrição e da análise, à luz da reflexão teórica contida na revisão de literatura.

No quadro a seguir, é possível visualizar os cursos e disciplinas que abordam não-público e não-usuário (s) e suas variáveis; bem como termos que podem estar relacionados/associados.

Quadro 5 - Cursos e disciplinas que abordam não-público e não-usuário (s) e suas variáveis; bem como termos que podem estar relacionados/associados.

Instituição de Ensino Superior	Curso	Disciplina
Universidade de Brasília	Biblioteconomia	Estudo de Usuários; Biblioteconomia e Sociedade Brasileira
Universidade Federal de Sergipe	Biblioteconomia e Documentação	Informação e Cidadania
Universidade Federal do Amazonas	Biblioteconomia	Estudo do Usuário
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Biblioteconomia	Estudos de Usuários e Comunidades
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Biblioteconomia	Estudo de Usuário
Universidade Federal do Maranhão	Biblioteconomia	Estudos de Usuários
Universidade Federal do Espírito Santo	Biblioteconomia	Estudos de Usuários
Universidade Federal de Minas Gerais	Biblioteconomia	Usuários da Informação; Tópicos em Informação e Cultura (Leitura e Sociedade)
Universidade Federal de Pernambuco	Biblioteconomia	Informação e Sociedade
Universidade Federal de Goiás	Biblioteconomia	Leitura e Ação Cultural
Universidade Federal de Santa Catarina	Biblioteconomia	Sociedade da Informação
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Biblioteconomia	Estudos de Usuário

Fonte: E-Mec, 2022.

O bibliotecário tem a condição e a possibilidade de também exercer uma função que vai além de apenas manusear livros, fazer empréstimos e devoluções. Como aponta Dudziak (2007), o bibliotecário pode “[...] exercer sua função como mediador pedagógico, como agente educacional de transformação em qualquer espaço de informação e aprendizado.” Isso acontece porque na sociedade mediar a informação e cultura para aquele que é usuário de informação e, também, para aquele que ainda não o é, se torna um dos principais objetivos do bibliotecário.

A seguir, é possível visualizar os cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário (s), mas trazem possíveis termos a elas relacionados/associados.

Quadro 6 – Cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário(s), mas trazem possíveis termos a elas relacionados/associados.

Instituição de Ensino Superior	Curso	Disciplina
Universidade de Sergipe	Biblioteconomia e Documentação	Ação Cultural em bibliotecas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Biblioteconomia	Estudo de Uso e Usuários de Informação; Ação Cultural: Teoria e Prática
Pontifícia Universidade Católica - Campinas	Biblioteconomia	Informação e Sociedade
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Biblioteconomia	Ação Cultural em Unidades de Informação
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Biblioteconomia	Sociedade, Cultura e Registros do Conhecimento
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Biblioteconomia	Estudo de Usuário de Informação; Informação e Sociedade
Universidade Federal Fluminense	Biblioteconomia	Biblioteconomia e Sociedade; Ação Cultural em Unidades de Informação
Universidade Federal do Espírito Santo	Biblioteconomia	Ação Cultural
Universidade Federal de Alagoas	Biblioteconomia	Estudos de Usuário da Informação; Biblioteca e Ação Cultural; Biblioteca e Sociedade
Universidade Federal da Bahia	Biblioteconomia	Estudos de Uso e Usuários da Informação
Universidade Federal de Pernambuco	Biblioteconomia	Ações, Instituições e Bens Culturais; Usuários da Informação
Universidade Federal de Goiás	Biblioteconomia	Biblioteconomia e Sociedade; Educação de Usuários
Universidade Federal de Santa Catarina	Biblioteconomia	Estudos de Usuários
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Biblioteconomia	Informação e Sociedade; Bibliotecas Pública e Escolar

Quadro 6 – Cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário(s), mas trazem possíveis termos a elas relacionados/associados.

Instituição de Ensino Superior	Curso	Disciplina
Universidade Federal de São Carlos	Biblioteconomia e Ciência da Informação	Usos e usuários da informação; Sociedade do Conhecimento

Fonte: E-Mec, 2022.

O não-público é aquele que não tem acesso a bens culturais porque lhe falta algum tipo de atributo considerado necessário para isso, como, por exemplo, não ser analfabeto, não possuir algum capital cultural socialmente aceito, não possuir capital econômico, não dispor de competências educacionais, científicas, tecnológicas, dentre outras (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020). Analisando os planos de ensino, foi possível perceber que os cursos de Biblioteconomia dessas universidades acima possuem características de interpelar esses determinados assuntos devido às demais disciplinas contidas na grade curricular. Questões dessa ordem podem ser debatidas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante⁴ do curso, encarregado de, dentre outras funções, dialogar com os membros do colegiado do curso e deliberar sobre direcionamentos pedagógicos expressos no Projeto Pedagógico do Curso.⁵

No quadro a seguir, é possível visualizar os cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário(s).

Quadro 7 – Cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário, ou termos relacionados/associados.

Instituição de Ensino Superior	Curso	Disciplina
Universidade Estadual de Londrina	Biblioteconomia	Memória institucional e social

⁴ “O Núcleo Docente Estruturante - NDE foi um conceito criado pela Portaria Nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação.” (COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2010).

⁵ De acordo com Caribé e Brito (2015), o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um instrumento de planejamento para o desenvolvimento das atividades pedagógicas dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES).

Quadro 7 – Cursos e disciplinas que não abordam as categorias não-público e não-usuário, ou termos relacionados/associados.

Universidade de São Paulo	Biblioteconomia	Estudo de Usuários da Informação na Era Digital; Biblioteca, Informação e Sociedade; Teoria da Ação Cultural
Claretiano Centro Universitário	Biblioteconomia	Ação cultural: projetos culturais e atuação do bibliotecário; Estudos de Usuários
Universidade Federal do Pará	Biblioteconomia	Mediação e Uso da Mediação
Universidade Federal Fluminense	Biblioteconomia	Ação Cultural em Unidades de Informação
Instituição de Ensino Superior	Curso	Disciplina
Universidade Federal da Paraíba	Biblioteconomia	Ação Cultural em Unidades de Informação; Informação, Memória e Sociedade; Estudo de Usuário da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Biblioteconomia	Estudo de comunidades, públicos e usuários; Informação e Memória social
Universidade Federal do Ceará	Biblioteconomia	Ação Cultural; Estudo de Comunidade e de Usuário
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Biblioteconomia	Estudos de usuário e comunidades; Informação, Memória e Documento
Universidade Federal de Rondônia	Biblioteconomia	Estudos de Comunidade e Usuário; Ação Cultural em unidades de informação
Universidade Estadual do Piauí	Biblioteconomia	Estudos de Comunidade e Usuário
Universidade Federal de Rondonópolis	Biblioteconomia	Estudos de Usuários; Informação e Sociedade
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação	Biblioteca, Informação e Sociedade

Fonte: E-Mec, 2022.

Sabe-se que, de acordo com Flusser (1980), um dos papéis fundamentais do profissional da informação é realizar o acolhimento do não-público (não-usuários) e fazer com que ele se torne público (usuários reais ou potenciais). Com o presente estudo foi possível analisar que pouquíssimas universidades – sejam elas federais ou particulares – tratam dessa questão. Quando tais valores não são debatidos, contrapostos, decantados durante o processo de formação, corre-se o risco de comprometer e/ou dificultar que sejam problematizados na etapa de atuação profissional.

No final do texto intitulado “Práticas informacionais, usuário e rale estrutural como não-público: praxiologias restritiva ou receptiva”, o autor finaliza salientando que:

[...] trabalhar com uma praxiologia restritiva ou receptiva de sujeitos e suas práticas reflete ou contrasta com a visão de mundo do pesquisador e/ou do profissional e implica restringir ou ampliar o escopo de sujeitos. Com efeito, tais escolhas do pesquisador e/ou do profissional darão a régua e o compasso para a definição de quem deve ou pode ser estudado. Demarcam quais sujeitos e quais práticas informacionais serão priorizadas, silenciando e invisibilizando uns, dando voz e trazendo ao cenário outros. (RABELLO, 2021, p. 114).

Conforme observado na seção dedicada à metodologia, o universo da pesquisa correspondia, a princípio, a 51 cursos. Entretanto, nem todos os cursos responderam à solicitação da documentação. Dentre as instituições respondentes que enviaram os planos de ensino para serem analisados (total = 31 cursos), foram identificados cursos com as seguintes denominações: Biblioteconomia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação, Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação.

Em relação às disciplinas que versam sobre os temas estudos de usuários, informação e sociedade, cujos planos de ensino foram analisados, identificaram-se com as seguintes denominações: Estudo de Usuários; Estudo de Usuários da Informação na Era Digital; Mediação e Uso da Mediação; Estudo de Usuário de Informação; Usuários da Informação; Estudo de comunidades, públicos e usuários; Estudos de usuário e comunidades; Usos e usuários da informação; Biblioteconomia e Sociedade Brasileira; Biblioteca, Informação e Sociedade; Sociedade, Cultura e Registros do Conhecimento; Informação e Sociedade; Biblioteca e Sociedade;

Informação e Memória Social; Sociedade da Informação; Informação, Memória e Documento; Sociedade do Conhecimento.

Todas as disciplinas relacionadas ao tema estudo de usuários (total = 24) se apresentam como disciplinas obrigatórias. Em relação às disciplinas sobre informação e sociedade (total = 20), pôde-se observar a seguinte proporção: das 20 disciplinas, 15 são obrigatórias (75%), 1 é optatória (5%) e 4 são optativas (20%).

Foram observadas instituições às quais os seus respectivos cursos contam com website, contendo informações como: meios para contato e dados sobre as disciplinas (incluindo planos de ensino) ou, de modo mais completo, trouxeram o Projeto Pedagógico do Curso: UNB, UFS, FURG, PUC-CAMPINAS, UDESC, USP, UNESP, UFRN, UFES, UFAL, UFPE, UFC, UFG, UNIRIO, UNIR, UNOCHAPECÓ, UFR, UFSCAR E UFRJ. As instituições e websites que trouxeram pouca ou nenhuma informação foram: UFAM, UEL, UCS, CLARETIANOBT, UNIFAI, FABCI, UFMA, UFPA, UFF, UFMG, UFBA, UFPB, UFRGS, UFSC, UNIVERSO, UESPI, UNIVEL, UNISANTA, UNIMES, IESF, UNIASSELVI, UniFAJ, CEUUN, UNIABEU, UNIFAVENI, UNIFCV, UNEC, UNIFORMG, UNIFATECIE, PROMINAS, ETEP e UFCA.

Conhecer o seu usuário e ter um ambiente preparado para recebê-lo é fundamental, pois, assim, é possível atender suas necessidades. Entende-se que público é aquele que frequenta unidades de informação e espaços culturais e possuem atributos considerados “socialmente” aceitáveis. Portanto, o público é composto por sujeitos que podem fazer uso de instituições como biblioteca, museu e arquivo, dentre outras, bem como de seus produtos e serviços disponibilizados em contexto. Ele pode se caracterizar como público ou usuários reais ou efetivos, bem como potenciais.

No sentido de se pensar instituições biblioteconômicas democráticas e para além de sua dimensão tradicional, é importante que o não-usuário se torne usuário de informação. Para tanto, é relevante que, esse tipo de concepção ou perspectiva seja, estudado e debatido na academia, ou seja, no momento da formação profissional na área de informação. Ao contrário, por desconhecimento prévio, tais valores não necessariamente serão colocados no horizonte pelo profissional em exercício de sua função. Nessa direção, os caminhos dos estudos de “informação e comunidade” e de “usuário e não-usuário” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020) corroboram com a necessidade de formação e podem levar a questionamentos, por exemplo, expressos em perguntas como:

- Como pensar o estudo das práticas informacionais como meio para a formação e atuação profissional, à luz dos conceitos de não-público (não-usuários)?
- Como pensar em termos de praxiologias receptivas?
- Como pensar a promoção da “cultura-palavra” em unidades de informação, quando essa parece não ser uma questão debatida ou tende a ser pouco debatida nos planos de ensino dos cursos analisados?

Ainda assim é necessário problematizar a situação de que, mesmo que os planos não abordem de modo explícito a questão, os professores poderão abordar dimensões sociais que envolvem classes sociais ou aquilo que pode ser denominado de “ralé estrutural como não-público” (RABELLO; ALMEIDA JUNIOR, 2020), ainda que questões dessa ordem não estejam formalizadas ou explícitas em ementas, em programas de disciplinas e na bibliografia básica das disciplinas que tocam questões sobre estudos de usuários, informação e sociedade.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo geral identificar nos planos de ensino das disciplinas dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Documentação, Gestão, Ciência da Informação e afins no Brasil – regularmente ministradas e registradas no e-Mec – que têm como interesse abordar aspectos relacionados a estudos de usuários, informação e sociedade. Buscou-se saber se essas disciplinas abordam o tema não-público (não-usuários) em suas bibliografias básicas, ementas e conteúdo programático. Conforme a análise do *corpus*, foi possível identificar variabilidade em relação ao nome dos cursos e em relação ao nome do quadro temático das disciplinas em questão.

Notou-se certo grau de dificuldade para concluir o levantamento de dados visto que nem todas as instituições enviaram respostas contendo os planos de ensino solicitados. Algumas não possuíam sequer um website oficial com e-mail, telefone ou outros meios de contato. Determinados e-mails tiveram de ser reenviados mais de três vezes, na expectativa de se obter algum retorno, mas sem sucesso. Por outro lado, as que responderam possuíam websites e/ou documentos, apresentaram-se bem estruturados e com completude de informações, facilitando, por exemplo, o contato. Outras instituições, por sua vez, chegaram a disponibilizar os projetos pedagógicos do curso, algo que contribuiu para a pesquisa.

Considerando a importância de o profissional de informação não apenas prestar o melhor serviço para o usuário, mas de atender a toda a comunidade sem distinção, quando as disciplinas não abordam questões que envolvem desigualdade social e invisibilidade social – algo incidente ou em diálogo com conceitos como “não-público”, “não-usuário” e “ralé estrutural como não-público” –, valores deixaram de ser expressos no momento da formação profissional, algo que poderá alcançar a prática profissional em instituições. Por vezes tais valores deixaram de ser colocados no horizonte para a problematização da manutenção de privilégios de classe também presentes nas unidades de informação tradicionais, que tendem a focar apenas os usuários de informação reais e potenciais, não dando voz ou invisibilizando sujeitos que não se enquadram nessa categoria. Essa situação é preocupante para o futuro profissional, pois demonstra que, por exemplo, os bibliotecários não estão sendo incentivados a terem uma postura de transformar o não-público em público, ou seja, de transformar o não-usuário em usuário de informação.

É necessário que se leve em consideração a importância das práticas informacionais e as coloque em prática no ambiente de trabalho. Trabalhar pensando nas praxiologias receptivas é fundamental porque, dessa forma, é possível que o profissional abra a mente e enxergue além das condutas convencionais ou tradicionais que deve ter exercer a profissão. O desenvolvimento da “cultura-palavra” é uma questão que deve ser iminente e de fato debatida na academia e nas unidades de informação. A implantação de eventos acolhedores, divulgação do ambiente de forma fácil e prática, ter o espaço – como um todo – preparado para receber qualquer tipo de pessoa.

Levando em conta que não foi possível realizar a pesquisa em 100% das instituições consultadas por falta de informações recebidas, é proposto que os cursos de graduação invistam mais nos websites ou outros meios para que seja possível ter um contato mais próximo com os principais responsáveis dos cursos. Vale ressaltar que continuar problematizando a existência do não-público (não-usuários) poderá incentivar cursos de graduação a debaterem o tema de modo a alcançar as unidades de informação, trazendo massa crítica para a atuação dos profissionais e conscientizando sobre a relevância do tema para a área de informação e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. 2012. 159 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em:<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/11170>> Acesso em: 03 mar. 2022.

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 25., Florianópolis, 2013. **Anais...** Florianópolis: [s.n.], 7-10 jul. 2013. Disponível em:<<http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2396/1508-1521-1-PB.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2022.

ALMEIDA, N. G. N. A importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia. **Revista Folha de Rosto**, v. 2, n. 1, p. 57-66, 2016. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40663>>. Acesso em: 07 fev. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteconomia e Sociedade**. Brasília, DF: CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018. 100 p. : il. Disponível em:<https://drive.google.com/drive/folders/1MXt8HNth79H8mBamg61Ju5N0-r1IPA_t> Acesso em: 01 mar. 2022.

ALVES, M. S.; CORREIA, A. E. G. C.; SALCEDO, D. A. Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em rede da releitura - PE. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 16, n. 1, p. 211-237, 2018. Disponível em:<[10.20396/rdbci.v16i1.8650064](https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8650064)> Acesso em: 02 mar. 2022.

ANDRADE, R. L. V.; ANDRADE, W. O. Usuários da informação: sujeitos perfilados com base na ciência da informação. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em:<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71355>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

ARAÚJO, Ana Rafaela; OLIVEIRA, Rebecca Maria de Freitas Sousa; BEZERRA, Midinai Gomes. Serviços de informação em Bibliotecas Universitárias: estudo comparativo entre bibliotecas de Instituições de Ensino Superior da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará. *In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 2017. **Anais...** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – v. 13, n. esp. CBBB 2017. Disponível em:<<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/822>> Acesso em: 23 mai. 2022.

ARAÚJO, C. A. V. Ciência da informação, biblioteconomia, arquivologia e museologia: relações teóricas e institucionais. Encontros Bibli: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011. Disponível em:<<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/52642>> Acesso em: 20 maio 2022.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 2015, JOÃO PESSOA, 16., João Pessoa, 2015. **Anais...** João Pessoa: Ancib, 2015. v. 1. p. 1-20. Disponível em:<<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2981/1045>> Acesso em: 17 ago. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; LIMA, Gracirlei Maria de Carvalho. Serviço de referência:

práticas informacionais do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-23, 2020. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1336>> Acesso em: 02 mar. 2022.

BALBINO, G. M. S. Estudo de usuário interno em serviços de arquivos de recursos humanos: avaliação da qualidade de serviços e necessidades de informação. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/64384>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BAPTISTA, Simone Galvão. CUNHA, Murilo Bastos. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coletas de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/h6HP4rNKxTby9VZzgzp8qGQ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 17 ago. 2021.

BERTI, I. C. L. W.; ARAÚJO, C. A. V. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando?. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 389-401, 2017. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45237>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRAHM, José Paulo Siefert; RIBEIRO, Diego Lemos; TAVARES, Davi Kiermes. Comunicação em museus: avaliação de público no entorno do Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter, Pelotas/RS. **XV Seminário de História da Arte**, n.6, 22 p., jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/download/11541/738>> Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, (2007). Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Brasília, **e-MEC**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 26 fev. 2022.

BRISOLLA, Lívia Santos; ASSIS, Renata Machado. O planejamento de ensino para além dos elementos estruturantes de um plano de aula. **Rev. Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v.13, n.Especial, p. 956-966, dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/45583/32567>> Acesso em: 16 abr. 2022.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. A biblioteca pública na educação do adulto e o papel do bibliotecário: um diálogo de interações. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 7, p. 126-133, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70005>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narrativas de um candango em Brasília. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.163-80, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/WQqmytWyFdWpx4ym8RzhMfx/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 23 fev. 2022.

CARIBÉ, R. C. V.; BRITO, M. Prolegômenos do projeto pedagógico de curso: estudo da literatura. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 37-65, 2015. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/73268>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

CIDADES, FRONTEIRAS MOBILIDADES. **Aula - Gayatri Spivak** - Gleicy Silva (Pagu/Unicamp). São Paulo, 2020. 1 vídeo (1 hora e 7 minutos). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mCckVaoQo2w>> Acesso em: 02 mar. 2022.

COELHO NETTO, José Teixeira. O que é ação cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos; 216). Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/folders/1MXt8HNth79H8mBamg61Ju5N0-r1IPA_t> Acesso em: 12 set. 2021.

COMISSÃO Nacional de Avaliação da Educação Superior. Parecer CONAES Nº 4 de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE. Disponível

em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 30 abr. 2022.

DIAS, C. A. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/n4d4xz>>. Acesso em: 26 fev. 2022 .

DUARTE, A. B. S. Práticas informacionais: ensino e pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XVIII ENANCIB, 2017, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2017. p. 1-20. Disponível

em:<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104264>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

DUDZIAK, E. A. O Bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun., 2007. Disponível

em:<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1396>>. Acesso em: 4 abri. 2022.

EDITORA UFMG lança no Brasil primeira tradução da obra da indiana Gayatri Spivak. **UFMG Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 22 de jun. de 2010.

Disponível em:<<https://www.ufmg.br/online/arquivos/015876.shtml>> Acesso em: 02 mar. 2022.

FIGUEIREDO, N. M. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, v. 47, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/111718>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

FIGUEIREDO, Nice de Menezes. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979. Disponível

em:<<https://pdfcoffee.com/texto-013-avaliacao-de-colecoes-e-estudo-de-usuarios-nice-menezes-de-figueiredopdf-pdf-free.html>> Acesso em: 18 ago. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2021.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, 1980. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75955>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149 p. (O Mundo, Hoje, v. 10). Disponível em:

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdade.pdf> Acesso em: 16 ago. 2021.

GALVÃO, M. C. B. Os conceitos dos termos biblioteconomia, documentação e ciência da

informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 100-114, 1993. Disponível em:<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/19245>>. Acesso em: abr. 2019.

GANDRA, T. K.; ARAÚJO, C. A. V.; ARAÚJO, C. A. V. Práticas informacionais dos visitantes do museu itinerante ponto ufmg. **Em Questão**, v. 22, n. 3, p. 201-226, 2016. Disponível em:<[10.19132/1808-5245223.201-226](https://doi.org/10.19132/1808-5245223.201-226)>. Acesso em: 09 fev. 2022.

GANDRA, Tatiane Krempser; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Práticas Informacionais em museus de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA, I SEBRAMUS, 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 474-485. Disponível em:<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3139/2014_GT9-CO_10.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10. fev. 2022.

GASQUE, K.C.G.D.; COSTA, S.M.S. Evolução teórico metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v.39, n.1, p.21-32, jan./abr., 2010. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ci/a/wzMJ66VNkZZxxKxnk7G3ktm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 9 fev. 2022.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. Métodos de Pesquisa. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p., 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 28 jun. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:<<https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>> Acesso em: 30 abr. 2022.

GOMES, Talita Veiga. **Estudo de público e não público em museus soteropolitanos**. Salvador, 193 p., 2016. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Museologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 191. 2016. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20016/3/Disserta%20c3%a7%20c3%a3%20Gomes%20c%20T.%20V.%202016.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2022.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. G. Metodologia da pesquisa no campo da ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 3, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/76536>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

GOULART, A. H.; KAFURE, I. Estudos de usuários da informação sob a perspectiva das práticas informacionais. **Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia)**, v. 44, n. 3, 2021. Disponível em:<[10.17533/udea.rib.v44n3e334004](https://doi.org/10.17533/udea.rib.v44n3e334004)> Acesso em: 09 fev. 2022.

GUEDES, Marina Zeni. A formação profissional do bibliotecário no curso de biblioteconomia e documentação da Universidade Federal do Paraná. Educar, **Curitiba**, 4(1): 159-183, jan./jun., 1985. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/er/a/FCGYXvwtbwZf84nVw5YV3Lj/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 01 abr. 2022.

KAFURE, I.; ROCHA, S. F.; RODRIGUES, V.; SOUZA, A.; BASTOS, K.; RAPOSO, P.; MALHEIROS, T.; BOERES, S. A. A.; FEITOSA, A. A terminologia no estudo do usuário da

informação. **Biblios (Peru)**, n. 51, p. 1-19, 2013. Disponível em: <[10.5195/biblios.2013.87](https://doi.org/10.5195/biblios.2013.87)> Acesso em: 17 ago. 2021.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Observar a experiência museal: uma prática dialógica? Reflexões sobre a interferência das práticas avaliativas na percepção da experiência museal e na (re)composição do papel do visitante. In: WORKSHOP INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/omcc/media/paper%20Luciana%20publicado%20Workshop%20Gison.pdf>> Acesso em: 20 set. 2021.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Público, o X da questão? A construção de uma agenda de pesquisa sobre os estudos de público no Brasil. **Museologia & Interdisciplinaridade: Revista do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**, v.1, n.1, jan./jul., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/12643/11048>> Acesso em: 20 set. 2021.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. **Os públicos, recursos para museus?** Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#inbox/FMfcgzGkbDTjRqInxhQPIDBGqbWNjISC?projector=1&messagePartId=0.3>> Acesso em: 21 set. 2021.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaro, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.31, p. 186-205, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/39267/2/B%c3%a1rbaros%20Escravos%20e%20Civilizados_O%20Publico%20dos%20Museus%20no%20Brasil.pdf> Acesso em: 22 set. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/>>. Acesso em: 09 ago. 2021.

LIMA, G. M. C.; ARAÚJO, C. A. V. Serviço de referência: práticas informacionais do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-23, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135656>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MARTELETO, R. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, 1994. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74904>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

MARTELETO, Regina. Entrevista com a professora Regina Marteleto: uma história dedicada à Ciência da Informação. [Entrevista concedida ao] Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2020/outubo-2020/entrevista-com-a-professora-regina-marteleto-uma-historia-dedicada-a-ciencia-da-informacao>> Acesso em: 08 jul. 2021.

MARTINS, Luana da Conceição. O ensino de conservação-restauração na formação do museólogo. Rio de Janeiro, 155 p., 2017. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 158 p. 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6019196> Acesso em: 29 ago. 2021.

MELO, Daniella Alves [et.al]. As práticas informacionais e os estudos contemporâneos sobre competência em informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-19, jan./abr., 2021. Disponível em:<<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1755>> Acesso em: 28 mar. 2022.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **21 de abril de 1960**: Brasília - A nova capital. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2007. 116 p. (Série rupturas).

NAVES, Madalena Martins Lopes. Análise de assunto: Concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em:<<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/90314#:~:text=O%20processo%20de%20extrair%20conceitos,document%C3%A1ria%20ou%20an%C3%A1lise%20de%20conte%C3%BAdo.>> Acesso em: 09. ago. 2021.

PINTO, F. V. M.; ARAÚJO, C. A. V. Estudos de usuários: quais as diferenças entre os conceitos comportamento informacional e práticas informacionais? **Ciência da Informação em Revista**, v. 6, n. 3, p. 15-33, 2019. Disponível em:<[10.28998/cirev.2019v6n3b](https://doi.org/10.28998/cirev.2019v6n3b)> Acesso em: 08 jul. 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS. Projeto Pedagógico Curso de Biblioteconomia. Campinas, 2019. Disponível em:<<https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2019/04/Projeto-Pedagogico-2019-Biblioteconomia.pdf>> Acesso em: 09 abr. 2022.

RABELLO, R. Práticas informacionais, usuário e ralé estrutural como não público: praxiologias restritiva ou receptiva. In TANUS, G.; ROCHA, J.; BERTI, C. (Org.) **Práticas Informacionais em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. Florianópolis: Nyota, 2021. Disponível em:<https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e73ca42d9ca141ffa4298e33400abffc.pdf> Acesso em: 18 ju. 2021.

RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2020. Disponível em:<[10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57350](https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57350)>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005. Disponível em:<https://www.livrebooks.com.br/livros/metodologia-cientifica-lino-rampazzo-rwyufjs_dhac/baixar-ebook> Acesso em: 2 ago. 2021.

RICARDO, Luciana Maya. **A educação em diálogo com a cultura**: da experiência de educação do Museu Vivo da Memória Candanga a uma proposta educativa para o Museu da Educação do DF. 300 f., il. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em:<<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23673>> Acesso em: 23 fev. 2022.

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa social; métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em:<<https://docero.com.br/doc/n1e8x08>> Acesso em: 29 ago. 2021.

ROCHA, J. A. P.; GANDRA, T. K. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & Informação**, v. 23, n. 2, p. 566-595, 2018. Disponível em: <[10.5433/1981-8920.2018v23n2p566](https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n2p566)> Acesso em: 09 fev. 2022.

ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos. **Museu, informação e comunicação**: o processo de construção do discurso museográfico e suas estratégias. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em:<<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/728>>. Acesso em: 6. set. 2021.

RODRIGUES, Gizella. Nascidas com Brasília: senhoras e senhores, com vocês... as satélites. **Agência Brasília**. 2019. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/10/31/e-surgem-as-cidades-satelites/>> Acesso em: 21 jun. 2021.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Paracambi - Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/attach/64878127/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota. Indicadores como ferramenta para gestão de serviços de informação tecnológica. 2004. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5668/000429419.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 20 mai. 2022.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. Disponível em: <<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/o-projeto-de-pesquisa.pdf>> Acesso em: 2 ago. 2021.

SANTOS, Vagner dos; FRANK, Gelya; MIZUE, Ana. Candangos: teoria da reconstrução ocupacional como uma ferramenta para a compreensão de problemas sociais e ações transformativas na utópica cidade de Brasília. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**. 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/y7grPCG5FcX43VMZbLstbnQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 22 fev. 2022.

SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão; GUINDANI, Joel. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, n.1, jul. 2009. Disponível em:<file:///C:/Users/letic/Downloads/pesquisa_documental.pdf> Acesso em: 27 fev. 2022.

SILVA, Jacqueline Ferreira da. **A leitura na formação do Bibliotecário**: uma visão curricular dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. Rio de Janeiro, 80 p., 2017. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-2016.2/Jacqueline%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 4 abri. 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. **Biblioteconomia e Interdisciplinaridade**. Brasília, DF : CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018. Disponível em:<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/564543/2/Livro%20-%20SEM_1_Biblioteconomia_e_Interdisciplinaridade-AVA.pdf> Acesso em: 09 abr. 2022.

SILVA, Tahis Virgínia Gomes da; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Práticas informacionais expositivas: um estudo sobre o museu casa de José Américo. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.23, n.3, p. 159-172, set./dez. 2013. Disponível

em:<<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/15393/10213>> Acesso em: 5 set. 2021.

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 52-66, nov. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1124>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SMIT, J. W. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários/FEBAB, Nova Série, v.1, n.2, 27-36, 1999-2000. Disponível em:<<http://biblioteca.fesp.org.br:8080/pergamumweb/vinculos/000008/000008e2.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2022.

SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, N. Y. A determinação do campo científico da ciência da informação: uma abordagem terminológica. **DataGramZero**, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5524>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SOCIOLOGIA ANIMADA. **Gayatri Spivak - pode o subalterno falar?**. Paraná, 2019. 1 vídeo (6 minutos). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=cldUaWv4z2I>> Acesso em: 02 mar. 2022.

SOUZA [et.al...] Manual de orientações para projetos de pesquisa. **Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha**, 2013. Disponível em: <https://www.liberato.com.br/wp-content/uploads/2020/06/manual_de_orientacoes_para_projetos_de_pesquisa.pdf> Acesso em: 2 ago. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010. 133 p. Disponível em:<<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>> Acesso em: 26 fev. 2022.

SPUDEIT, Daniela. Plano de ensino x Plano de aula. **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro** - Unirio Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH. Disponível em:<<http://files.tecnicoembiblioteca.webnode.com/200000019-e8fede9f7b/Plano%20de%20aula%20e%20plano%20de%20ensino.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2022.

TANUS, Gabrielle Francine de S.C.; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey (org.). **Práticas informacionais em diálogo com as ciências sociais e humanas**. - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2021. (Selo Nyota). Disponível em:<https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_e73ca42d9ca141ffa4298e33400abffc.pdf> Acesso em 11 abr. 2022.

TV UFPB. **Programa Paulo Freire Vivo 9** - Ação Cultural para a Liberdade. João Pessoa, TV UFPB, 2016. 1 vídeo (28 minutos). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=sjSODcoK02w>> Acesso em: 19 fev. 2022.

TV UFPB. **Programa Paulo Freire Vivo 10** - Cultura e Comunicação. João Pessoa, TV UFPB, 2016. 1 vídeo (26 minutos). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=-cHGzXPlme4>> Acesso em: 19 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteconomia Áreas de Atuação. Disponível em;<<https://biblioteconomia.ufes.br/areas-de-atuacao>> Acesso em: 05. abr. 2022.

VALENTIM, M. L. P. (org.). **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. 156 p. Disponível em:<(Coleção Palavra-Chave, 11). Disponível em:<<https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Profissionais-da-informacao.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE - Não-público (não-usuários) em cursos de graduação das áreas de Biblioteconomia, Documentação, Gestão e Ciência da Informação no Brasil

Instituição de Ensino Superior	Nome do curso	Disciplinas	Termos encontrados nos planos de ensino segundo as categorias: Ementa (EM) Conteúdo Programático (CP) Bibliografia Básica (BB)			
			Termos no plural ou no singular, com hífen e/ou sem hífen: Não-público, não público, não-usuário, não usuário	Possíveis termos ou expressões correlatas: Classe social, invisibilidade social, desigualdade social e preconceitos (envolvendo gênero, raça, deficiências físicas ou mentais, dentre outros).		
Universidade de Brasília	Biblioteconomia	Estudos de Usuário (obrigatória)	EM	A informação como processo cultural. O usuário e o não usuário da informação. Estudo de usuários: evolução histórica, objetivos e metodologias usadas na caracterização de usuários de informação.		
			CP			
			BB			
		Biblioteconomia e Sociedade Brasileira (obrigatória)	EM			
			CP	Leitura básica: “Usuário de informação e ralé estrutural como não-público ” (Rabello; Almeida Junior, 2020) Estabelecer o diálogo entre os conceitos “ não público ” e “ ralé estrutural”, resgatando ao menos dois tópicos teóricos das outras unidades e refletindo sobre como a não consideração dos sujeitos pertencentes às classes	Conteúdo: Informação, classes sociais e desigualdade no Brasil (12h/atividade) (F15-17)	

				sociais inferiores pode influenciar na formação e na atuação profissional do bibliotecário	
			BB	RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e rede estrutural como não-público : reflexões sobre invisibilidade e desigualdade social em unidades de informação. <i>Informação & Sociedade: Estudos</i> , v. 30, n. 4, 2020. Disponível em: < https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies >. Acesso em: 29 jan. 2021.	RABELLO, R.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Usuário de informação e rede estrutural como não-público : reflexões sobre invisibilidade e desigualdade social em unidades de informação. <i>Informação & Sociedade: Estudos</i> , v. 30, n. 4, 2020. Disponível em: < https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies >. Acesso em: 29 jan. 2021.

Universidade Federal do Amazonas	Biblioteconomia	Estudo de Usuário (obrigatória)	EM	Abordagem histórico-conceitual sobre comunidade e desenvolvimento social. Usuários preferencial e eventual: necessidades, demandas, usos e comportamentos. O não usuário . Metodologia de estudos de usuários: variáveis e premissas.	
			CP		
			BB		
		Informação e Cidadania (obrigatória)	EM		
			CP		
			BB		

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	Biblioteconomia	Estudos de Usuários e Comunidades (obrigatória)	EM	Categorização e metodologias de estudo de usuários. Usuários e não usuários da informação. Fatores socioeconômicos que interferem no uso da informação. Planejamento, aplicação e avaliação de	
---	-----------------	---	----	---	--

				estudo de usuários da informação.	
			CP		
			BB		
		Ação Cultural em Unidades de Informação (obrigatória)	EM		
			CP		
			BB		

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Biblioteconomia	Estudo de Usuário (obrigatória)	EM		
			CP	Diferentes acepções do termo usuário da informação e o não usuário	
			BB		
		Sociedade, Cultura e Registros do Conhecimento (obrigatória)	EM		
			CP		
			BB		

Universidade Federal do Maranhão	Biblioteconomia	Estudos de Usuários (obrigatória)	EM	Usuários e não-usuários dos sistemas de informação. Metodologia de estudo de usuários de unidades de informação. Avaliação dos estudos de usuários.	Relação diversidade, acessibilidade, comunidade e informação. Informação e inclusão social .
			CP		
			BB		

Universidade Federal do Espírito Santo	Biblioteconomia	Estudos de Usuários (obrigatória)	EM	Estudo de comunidade. Usuários e não usuários : conceituação. Tipos de estudos de usuário. Treinamento de usuários. O problema metodológico nos estudos de usuário.	
			CP		
			BB		
		Ação Cultural (optativa)	EM		
			CP		
			BB		

Universidade Federal de Minas Gerais	Biblioteconomia	Usuários da Informação (obrigatória)	EM	Estudo de usuários: conceitos, evolução e tendências. Usuários e sistemas de informação. Ambientes de uso da informação. Modelos de comportamento informacional. Tipos de usuários e não usuários : características e necessidades. Metodologias de estudo de usos e usuário.	
			CP		
			BB		
		Tópicos em Informação e Cultura (Leitura e Sociedade) (optativa)	EM		
			CP		
			BB		

Universidade Federal de Pernambuco	Biblioteconomia	Informação e Sociedade	EM		O fenômeno informação na sociedade contemporânea. Cultura digital e informação na sociedade brasileira. Informação e cidadania. Inclusão digital, inclusão social e democratização da informação.
------------------------------------	-----------------	------------------------	----	--	--

			CP		1. A informação na Ciência da Informação: abordagens, filosofia. 2. A sociedade da informação e do conhecimento: o profissional da informação. 3. A era digital e a cultura digital. 4. Exclusão digital e Inclusão social . 5. Informação e Cidadania. 6. Democratização da Informação.
			BB		
		Usuários da Informação (obrigatória)	EM		
			CP		
			BB		
				Ações, Instituições e Bens Culturais (obrigatória)	EM
CP					
BB					

Universidade Federal de Goiás	Biblioteconomia	Biblioteconomia e Sociedade (obrigatória)	EM		
			CP		
			BB		
		Educação de Usuários (obrigatória)	EM		
			CP		

			BB		
		Leitura e Ação Cultural (obrigatória)	EM		História e promoção da leitura. Biblioterapia. O fazer biblioteconômico para a inclusão social do indivíduo.
			CP		
			BB		